

PAO 2016

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2016



Outubro de 2015

(Revisto agosto 2016)

I PLANO DE ATIVIDADES PARA 2016	5
A. CONTROLO DA EXECUÇÃO DE 2015	5
<i>A1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)</i>	5
<i>A2 - Unidade de Produtos Petrolíferos (UPP)</i>	6
<i>A3 - Unidade de Biocombustíveis (UB)</i>	8
<i>A4 - Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos (UPEP)</i>	9
<i>A5 - Institucional e transversal</i>	13
B. PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA 2016	15
Enquadramento	15
<i>B1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)</i>	16
<i>B2 - Unidade de Produtos Petrolíferos (UPP)</i>	16
<i>B3 - Unidade de Biocombustíveis (UB)</i>	18
<i>B4 - Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos (UPEP)</i>	19
<i>B5 - Institucional e transversal</i>	19
II RELATÓRIO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016	20
C - ANÁLISE DO ANO DE 2015	20
<i>C1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)</i>	20
1. Mercado	20
2. Resultados URP	21
3. Reservas	22
3.1 Reservas Físicas - 4º trimestre (deduzido de 10% dos fundos de tanque)	22
3.2 Reservas efetuada com base na celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (Tickets)	22
3.3 Reservas Totais	23
3.4 Distribuição de Reservas- 4º trimestre	23
4. Qualidade das reservas de produtos	24
<i>C2 - Unidade de Produtos Petrolíferos (UPP)</i>	24
<i>C3 - Unidade de Biocombustíveis (UB)</i>	26
<i>C4 - Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos (UPEP)</i>	27
<i>C5 - Institucional e transversal</i>	27
D - ORÇAMENTO PARA 2016 - UNIDADES	29
<i>D.1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)</i>	30
1. Mercado	30



1.1	Reservas Físicas (deduzido de 10% de fundos de tanque)	30
1.2	Reservas a efetuar com base na celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (Tickets).....	30
1.3	Reservas Totais	31
2.	Evolução dos custos da URP	31
3.	Demonstrações de Resultados - URP.....	34
4.	Custos da URP/ECA (€/Coe) - Prestações Unitárias	35
	Comparação Custo Unitário em valores e Percentagem.....	35
D.2 -	Unidade de Produtos Petrolíferos (UPP):	36
	Demonstrações de Resultados.....	36
D.3 -	Unidade de Biocombustíveis (UB):.....	38
	Demonstrações de Resultados.....	38
D.4 -	Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos (UPEP):	40
	Demonstrações de Resultados.....	40
E -	ORÇAMENTO PARA 2016 - ENMC, E.P.E. - Global.....	42
1.	Demonstração de Resultados - ENMC, E.P.E.	45
2.	Balanço - ENMC, E.P.E.	47
3.	Fluxos de Tesouraria - ENMC, E.P.E.	49
4.	Plano de Investimentos - ENMC, E.P.E.	50
5.	Plano de Financiamento - ENMC, E.P.E.	51
6.	Plano de Redução de Custos - ENMC, E.P.E.	51
III	PLANO DE SUSTENTABILIDADE	58
	Síntese Conclusiva	58
ANEXOS -	Despachos.....	64

A1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

Atividade	Descrição	Calendarização
1	Reservas - Otimização da sua gestão	Durante 2015
2	Alteração do contrato relativo às instalações do depósito POL-NATO Lisboa	Durante 2015
3	Informatização da gestão de reservas	Durante 2015
4	Adaptação dos contratos de <i>tickets</i>	1º semestre 2015
5	Publicitação dos contratos-tipo	1º semestre 2015
6	Plano de Emergência Energético para a área dos combustíveis	Em curso
7	Articulação internacional	Durante 2015

1. A otimização da gestão das reservas petrolíferas teve subjacente, entre outras iniciativas:
 - a) Conclusão da revisão de contratos de armazenagem;
 - b) Consolidação das mudanças efetuadas na constituição e cedência de reservas;
 - c) O estudo de novas formas de financiamento suplementar para aquisição de mais reservas;

2. Implementação da adenda ao contrato com o Ministério da Defesa Nacional, formalizada em 2014, que permite à ENMC investir diretamente no depósito POL-NATO Lisboa, investimento este a deduzir na renda anual paga pelo uso do parque, e que permite adequá-lo com as exigentes normas nacionais e europeias de armazenagem de produtos petrolíferos. Neste âmbito, foi elaborado um estudo de avaliação e proposta de atualizações e conversões a implementar;

3. Entrada em produção da Intranet da ENMC para substituição do controlo das reservas, e controlo de gestão efetuado em folha de *Excel*, bem como agilizar todas as ferramentas de gestão interna, nomeadamente a execução do plano trienal, orçamento e controlo orçamental mensal por um *software* próprio desenvolvido em '*Opensource*'. Desta forma, a ENMC assegura a existência dos necessários sistemas de informação adequados aos desenvolvimentos de todos os seus trabalhos, com maior celeridade e resistência ao erro;

4. Adaptação dos contratos de *tickets*, e processos de compra dos mesmos, às boas práticas da nossa congénere belga, APETRA, em sintonia com as congéneres holandesas e alemãs

5. Foram estruturados e publicitados, no *site* da ENMC, os modelos e contratos-tipo da ENMC, para a compra e venda de reservas, celebração de contratos para a manutenção à sua ordem de

produtos de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros (*tickets*) e aquisição de armazenagem, a exemplo de outras congéneres europeias;

6. Produção de um Plano de Emergência Energético para a área dos combustíveis, distribuído à DGEG e demais entidades para contributos e harmonização dos procedimentos;
7. Realização de visitas a Madrid, à nossa congénera CORES, de forma a beneficiar com a sua estrutura e experiência na gestão de reservas, auditorias, controle, etc.

A2 - Unidade de Produtos Petrolíferos (UPP)

Atividade	Descrição	Calendarização
1	Criação de Portal dos Combustíveis - CRM	Em curso
2	Revisão do DL 31/2006 Sistema Petrolífero Nacional	Durante 2015
3	GPL	Em curso
4	Qualidade e Quantidade	Durante 2015
5	Defesa do Consumidor	Em curso

1. Criação de Portal dos Combustíveis - CRM e Relação com o Público

- a) Balcão único do operador para as relações com a Administração Pública (licenciamento, instalação, registo, comunicação com a ENMC utilizando processos de *work-flow*, etc.), processo em curso, mas cuja conclusão, atendendo às especificidades técnicas, depende do Decreto-Lei nº 244/2015 recentemente publicado, em 19 de outubro, e subsequente entrada vigor e que altera a Lei de bases do Sistema Petrolífero Nacional;
- b) Prestação de uma única informação estatística e de controlo, válida para estatística, Eurostat, UE, biocombustíveis, reservas e informação pública: processo em curso, mas cuja conclusão, depende do Decreto-Lei nº 244/2015 recentemente publicado, em 19 de outubro, e subsequente entrada vigor e que altera a Lei de bases do Sistema Petrolífero Nacional;
- c) Relação *on-line* com operadores: processo em curso, mas cuja conclusão depende do Decreto-Lei nº 244/2015 recentemente publicado, em 19 de outubro, e subsequente entrada vigor e que altera a Lei de bases do Sistema Petrolífero Nacional;
- d) Gestores de conta de operador: depende do Decreto-Lei nº 244/2015 recentemente publicado, em 19 de outubro, e subsequente entrada vigor e que altera a Lei de bases do Sistema Petrolífero Nacional;
- e) Informação de preço de referência diário, semanal e mensal dos combustíveis rodoviários e GPL: já se encontra implementada a sua publicação *on-line* desde dezembro de 2014;
- f) Informação sobre os preços atualizado de venda ao público de combustíveis rodoviários e gás engarrafado: depende do Decreto-Lei nº 244/2015 recentemente publicado, em 19 de

outubro, e subsequente entrada vigor e que altera a Lei de bases do Sistema Petrolífero Nacional;

- g) Informação sobre preços e perspectivas de evolução de preços internacionais: depende do Decreto-Lei nº 244/2015 recentemente publicado, em 19 de outubro, e subsequente entrada vigor e que altera a Lei de bases do Sistema Petrolífero Nacional;
- h) Realização de uma conferência na Gulbenkian com os principais participantes no mercado dos combustíveis para esclarecimento do grande público.

2. Revisão do Decreto-Lei nº 31/2006 Sistema Petrolífero Nacional - Publicação do Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro, que altera a Lei de bases do Sistema Petrolífero Nacional:

- a) Regular acesso às instalações logísticas petrolíferas;
- b) Regular contratos de 'processing';
- c) Facilitação de instalações de operadores e temas de concorrência;
- d) Regular acesso de terceiros a estações de enchimento de botijas;
- e) Regular o acesso a ramais de distribuição de gás a granel ao consumidor final.

3. GPL (decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro, que altera a Lei de bases do Sistema Petrolífero Nacional):

- a) Facilitar a venda de botijas de "marca branca" na grande distribuição;
- b) Regular relações entre operadores da cadeia logística das botijas;
- c) Facilitar as importações de GPL;
- d) Diminuição das barreiras à entrada de produto e operadores no mercado do GPL;

4. Qualidade e Quantidade

- a) Realização de auditorias de qualidade dos combustíveis através da colheita de amostras para análise laboratorial:

Em 2015, e no cumprimento das competências legalmente atribuídas à ENMC E.P.E. em matéria de controlo da qualidade dos combustíveis, foram efetuadas 750 colheitas de amostras em posto de combustível situado em território nacional.

Das colheitas levadas a efeito pela ENMC E.P.E., foram concluídas 690 análises com apresentação de resultados por parte do laboratório contratualizado para o efeito.

Da totalidade das amostras já com resultados apresentados foram instaurados cinco processos por contraordenação já remetidos à entidade instrutora (ASAE), correndo termos um processo-crime por fraude sobre mercadorias, e um processo por contraordenação por suspeita de adulteração de combustíveis fornecidos ao público.

Em cumprimento do disposto no Regulamento nº 179/2015, publicado em 20 de abril, os resultados conformes são publicados no portal da ENMC com a apresentação do respetivo boletim analítico, sendo que os procedimentos a seguir em caso de não conformidade é a instauração do respetivo processo (crime/contraordenação), sem que os resultados sejam tornados públicos;

- b) Fiscalização a operadores do SPN, de acordo com a Lei nº 6/2015, e nomeadamente no âmbito da fiscalização à venda de combustíveis simples, a ENMC fiscalizou 800 operadores económicos,

utilizando para o efeito duas equipas de intervenção no terreno, com 4 elementos (em permanência) e 1 de apoio;

- c) Divulgação dos resultados das auditorias: depende do Decreto-Lei nº 244/2015 recentemente publicado, em 19 de outubro, e subsequente entrada vigor e que altera a Lei de bases do Sistema Petrolífero Nacional e que legitima a publicação dos resultados.

5. Defesa do Consumidor

Com a publicação dos estatutos da ENMC E.P.E., esta entidade pública passou a tramitar as reclamações apresentadas pelos consumidores no livro de reclamações, sempre e quando estejam em causa matérias relacionadas com a qualidade dos combustíveis e com o funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN).

Por forma a assegurar o cumprimento destas atribuições legais, a ENMC dispõe de um técnico especificamente atribuído a esta atividade, com competência no âmbito da análise e elaboração de resposta em tempo (10 dias), sendo que a ENMC criou um endereço eletrónico especialmente destinada às reclamações apresentadas (reclamações@enmc.pt) e que a seguir se discriminam:

Atividade	Meses					%	Total Global
	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro		
Qualidade do Combustível			2	3	2	1%	793
Danos em viaturas	3	5	6	10	5	4%	
Falta de sanitários e outros equipamentos	6	8	10	18	17	7%	
Atendimento	11	10	59	78	82	30%	
Faturação/recusa/erro	5	15	12	18	12	8%	
Irregularidade do equipamento	6	9	15	9	5	6%	
Preço do combustível	5	5	56	35	38	18%	
Fornecimento de GPL	5	12	15	8	6	6%	
Outros não especificados	5	14	60	8	20	13%	
Outros danos		15	30	12	2	7%	
TOTAL	46	93	265	199	189	100%	

A3 - Unidade de Biocombustíveis (UB)

Atividade	Descrição	Calendarização
1	Verificar metas de incorporação	Durante 2015
2	Transferência da Entidade Certificadora de Sustentabilidade;	2º Trimestre
3	Facilitar as regras de sustentabilidade para todos os operadores;	Durante 2015

1. Metas Nacionais de Incorporação:

- a) Verificação das metas nacionais de incorporação obrigatórias previstas no Decreto-Lei nº 117/2010, de 25 de outubro;
- b) Verificação das declarações mensais dos operadores económicos;
- c) Abertura de um Mercado de títulos de biocombustíveis (TdB), como mecanismo facilitador do cumprimento das metas nacionais de incorporação pelos operadores nacionais.

2. Entidade Coordenadora do Cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade - ECS:

- a) Transferência das competências da Entidade Coordenadora do cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade (ECS);
- b) Verificação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis pelos produtores de regime geral e pequenos produtores e importadores nacionais;
- c) Certificação de todos os Produtores de Regime Geral (PRG);
- d) Emissão de títulos de biocombustíveis (TdB) aos operadores económicos como certificado representativo da incorporação de uma tonelada equivalente de petróleo (*Tep*) de biocombustíveis destinados a ser incorporados no consumo nacional;
- e) Informação mensal das matérias-primas utilizadas para a produção de biocombustíveis, a nível nacional;
- f) Informação dos TdB emitidos mensalmente: número e tipo.

3. Facilitar as regras de sustentabilidade para todos os operadores

Tal com o suprarreferido e transversalmente a esta área, a ENMC tem vindo a implementar uma política de simplificação de procedimentos e de facilitação do acesso dos operadores ao conhecimento das regras de sustentabilidade e cumprimento das metas de incorporação.

A4 - Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos (UPEP)

Atividade	Descrição	Calendarização
1	Promover o investimento das empresas do setor em Portugal	Durante 2015
2	Estruturar o lançamento de Concurso Público para atribuição de áreas de concessão para prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo	Em curso
3	Promover o potencial petrolífero das bacias sedimentares portuguesas junto das empresas do setor	Em curso
4	Fomentar a discussão sobre o mar, mantendo e afirmando as especificidades próprias da pesquisa e exploração de petróleo	4º Trimestre
5	Aumentar a supervisão - acompanhamento e fiscalização - das atividades de prospeção e pesquisa	Durante 2015
6	Estruturar e colaborar na elaboração de normas e especificações técnicas no âmbito da pesquisa e exploração de petróleo	Em curso
7	Outras Atividades desenvolvidas	Em curso

1. Promover o investimento das empresas do setor em Portugal, agilizando os processos de atribuição de concessões para prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo

Neste âmbito, foram assinados diversos contratos de concessão quer no *deep offshore*, quer no *onshore* da Bacia do Algarve, bem como no *onshore* da Bacia Lusitânia.

Simultaneamente, decorrem negociações para atribuição de novas concessões quer no *onshore* da Bacia Lusitânia, quer no *deep* a *ultradeep offshore* da Bacia do Alentejo.

2. Estruturar o lançamento do Concurso Público para atribuição de áreas de concessão para prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo

- a) Elaboração dos Mapas para os blocos a concessão e das tabelas dos lotes com respetivos limites e áreas;
- b) Estruturação do caderno de encargos do Concurso Público;

3. Promover o potencial petrolífero das bacias sedimentares portuguesas junto das empresas do setor e divulgação dos dados/informação técnica no âmbito das atividades de prospeção e pesquisa

a) Ações de promoção e divulgação:

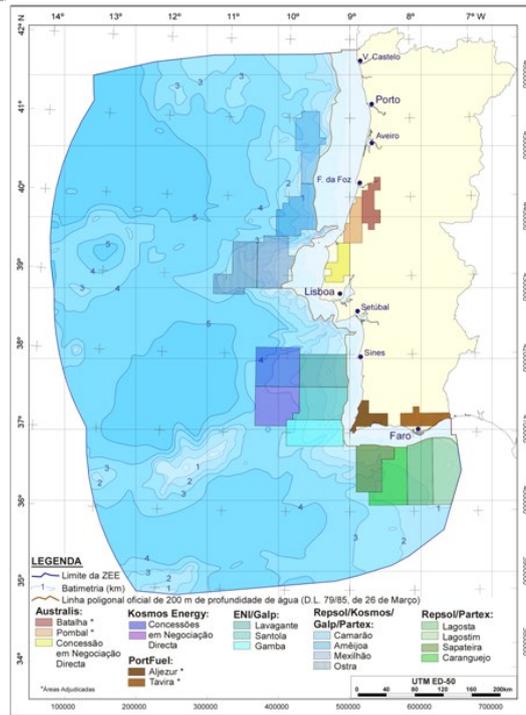
- Participação na Conferência AAPG, Denver, maio-junho 2015;
- Acompanhamento da Comitiva Governo Português à Noruega e Islândia no âmbito da Missão Crescimento Verde, maio 2015;
- Participação no Subcomité em matéria de petróleo e gás no Ministério Economia, comissão mista Emirados Árabes Unidos, julho 2015;
- Brochura e desdobrável de promoção e divulgação do potencial petrolífero e da pesquisa de petróleo em Portugal, intituladas “*Petroleum Exploration in Portugal*”;
- Conferência “Pesquisa de Petróleo em Portugal”, auditório da Fundação Gulbenkian, 28 de setembro;
- Lançamento do projeto para a implementação de um Centro do Conhecimento para o Petróleo e estruturação de atividades de divulgação para o público em geral e alunos do ensino básico e secundário, para o que se encontra em curso o projeto de reorganização da Biblioteca especializada no Petróleo e do arquivo técnico-científico com o relacionamento de registos entre ficheiros (arquivo técnico Pre-70 CPP).

b) Website da UPEP/ENMC: reestruturação dos conteúdos sobre Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos, visando a sua melhor adequação às necessidades dos N/ *stakeholders*;

c) Outras promoções que decorrem no 4º trimestre:

- Conferência APPEX, Nice, novembro;
- Conferência PROSPEX, Londres, dezembro.

4. **Fomentar a discussão sobre o mar, mantendo e afirmando as especificidades próprias da pesquisa e exploração de petróleo:** No âmbito da Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo (LBOEM), funcionamento e reporte do Balcão Único Eletrónico.
5. **Aumentar a supervisão (acompanhamento e fiscalização) das atividades de prospeção e pesquisa no cumprimento do estabelecido nos contratos e na legislação nacional e comunitária vigente**
- a) A situação atual dos contratos/licenças é a seguinte: Estão em vigor 15 contratos de pesquisa, exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, 4 no *onshore* da Bacia do Algarve e Lusitânica (Aljezur, Tavira, Batalha, Pombal) e 11 no *offshore* e *deep offshore* da Bacia de Peniche, Alentejo e do Algarve (Amêijoia, Mexilhão, Camarão, Ostra, Lavagante, Santola, Gamba, Caranguejo, Sapateira, Lagosta e Lagostim). Uma licença de avaliação prévia no *deep offshore* do Algarve, que terminou em setembro, conforme mapa;
- b) Neste âmbito, efetuaram-se os Quadros-resumo das concessões e desenvolveram-se Negociações com consórcios/empresas do setor (Kosmos Energy, Repsol/Kosmos/Galp/Partex, Repsol/Partex, PortFuel, Eni/Galp, Repsol e Australis no âmbito de novas concessões ou adendas a concessões anteriores, quer no *deep offshore* da Bacia do Alentejo e da Bacia do Algarve e da Bacia de Peniche, quer no *onshore* da Bacia do Algarve e da Bacia Lusitânica;
- c) Simultaneamente, desenvolveram-se várias atividades de acompanhamento e supervisão das concessionárias, designadamente, através de:
- Reuniões de preparação para a sondagem de pesquisa da ENI/GALP na Bacia do Alentejo com a DGAM/DCPM, para articulação do “Oil Spill Contingency Plan” ao “Plano Mar Limpo”;
 - Preparação e supervisão, conjuntamente com as autoridades com jurisdição no mar, da campanha de sísmica 3D realizada pela Repsol na Bacia de Peniche (área de Camarão), que apesar de alguns contratemplos, foi finalizada dentro do prazo previsto, tendo tido a duração de cerca de 3 meses;
 - Avaliação de programas de trabalhos anuais e de relatórios de avaliação no âmbito das atividades das concessionárias em cada área concessionada.



6. Estruturar e colaborar na elaboração de normas e especificações técnicas no âmbito da pesquisa e exploração de petróleo e acompanhar e colaborar na transposição de diretivas europeias em que a ENMC é a entidade competente

- Neste âmbito, a ENMC colaborou com outras entidades na transposição de Diretiva, e está enquadrada no Grupo de Trabalho ENMC-LNEG-APA, para a elaboração do documento sobre Práticas Recomendadas para a pesquisa e exploração de *Shale Gas*, e comentou o Estudo para DG ENV - gás de xisto, no âmbito da Recomendação da Comissão EU sobre *Shale Gas*;
- Elaboração do manual técnico para a perfuração de sondagens *onshore* - versões portuguesa e inglesa.

7. Outras Atividades desenvolvidas

- Promoção de projetos e estudos para o conhecimento da geologia das bacias sedimentares portuguesas e para avaliação do potencial em hidrocarbonetos do país, donde se destacam os Acordos/Parcerias assinados com empresas especializadas do setor, designadamente com a TGS-NOPEC, a APT Technologies e a Robertson Limited (UK).
- Acompanhamento e apoio às consultas de dados/informações ao Arquivo Técnico na área de Pesquisa e Exploração de Petróleo da ENMC, a empresas potenciais investidoras e entidades públicas.
- Reuniões com empresas de serviços para potenciais acordos de interesse para a pesquisa de petróleo: ION Geophysical; Greensand Exploration, Spectrum Geo Ltd, DrillingInfo, etc.
- Tratamento e desenvolvimento da Informação Técnico-Científica resultante da atividade de pesquisa e exploração do petróleo, tendo-se dado continuidade a ações de preservação, reorganização, tratamento e otimização da capacidade de resposta e disponibilização de dados/informação atualizada às empresas de sector e outras instituições.

A5 - Institucional e transversal

Atividade	Descrição	Calendarização
1	Conclusão da Reorganização da ENMC com as novas competências	Em curso
2	Relacionamento e cooperação internacional	Durante 2015
3	Participação nas discussões na UE sobre os temas da ENMC;	Em curso
4	Celebração de Protocolos de colaboração institucional com outras entidades	Em curso
5	Obter a isenção de IRC para a ENMC, a exemplo do enquadramento fiscal das congéneres europeias da ENMC	Em curso
6	Mudança para as novas instalações em articulação com a DGEG e a ADENE	Não executado
7	Extensão do Balcão Único a todas as áreas de competência da ENMC	Em curso
8	Infraestrutura tecnológica de suporte ao funcionamento da ENMC	Em curso
9	Separação contabilística das diversas áreas funcionais da ENMC	Durante 2015
10	Produção e publicação de informação mensal - newsletter e Boletim Mensal	Durante 2015

1. Conclusão do processo de reestruturação da ENMC com todas as suas novas competências que se efetivou, na sequência da publicação das Portarias n.ºs 62-A/2015 e 81/2015, em 3 de março e em 18 de março, respetivamente, e através do despacho n.º 18/SEE/2015, de 24 de abril, com efeitos a 17 de abril, e que formalizou o processo de reestruturação da ENMC/DGEG/LNEG. O processo de obtenção dos recursos humanos necessários para as novas competências encontra-se, ainda, a decorrer pelo que será durante o ano de 2016 que o processo de recrutamento, decorrente do aumento de competências, ficará concluído;
2. Promoveu-se o relacionamento internacional, nomeadamente uma maior relação com os parceiros e congéneres europeus da ENMC, tendo realizado, em Portugal, a reunião mundial do *Benchmarking Group* e do *Best Practices Group* da ACOMES. Complementarmente, estão em curso a realização de Protocolos de Colaboração com as congéneres dos PALOP's, prevendo-se ações de formação em Portugal, na ENMC, para técnicos dessas entidades;
3. Participação nas discussões na AIE sobre os temas de competência da ENMC;
4. Está em curso a celebração de Protocolos Institucionais com outros organismos, designadamente a AT;
5. Foram efetuadas diversas exposições às tutelas explicando e fundamentado a necessidade de obter a isenção de IRC para a ENMC, a exemplo do enquadramento fiscal das congéneres europeias da ENMC, contudo, e apesar de confortados com a simpatia generalizada, até à data, não houve alteração do enquadramento;

6. A mudança para as novas instalações não se concretizou, pois tal como informado à tutela setorial, em abril de 2015, e decorrente de avaliação que a ENMC, E.P.E. efetuou das novas atribuições que lhe foram cometidas e da sua operacionalização, constatou-se, àquela data (formalização do processo de reestruturação da ENMC/DGEG/LNEG), que a área que lhe estava adstrita, nas novas instalações, ficava aquém da capacidade para enquadrar as necessidades de espaço. Efetivamente, esta situação é induzida, quer por inadequação de área para recursos humanos e equipamentos (este com particularidades logísticas e de arquivo muito específicas), quer no que concerne à operacionalização das funções decorrentes do controlo da qualidade dos carburantes fornecidos para consumo, que implicam alguns constrangimentos no acesso, a edifícios, das viaturas utilizadas para o efeito.
- Contudo, tem sido um processo moroso e burocrático de articulação com outras entidades públicas, em especial, a que assumirá a posição contratual da ENMC e que, à data, ainda se encontra a decorrer.
- A ENMC optou por manter-se nas atuais instalações que têm capital de crescimento, por módulos, adequando-se melhor ao requerido e com inferior custo financeiro.
7. Encontra-se em processo de revisão parte da nova arquitetura de sistemas de informação da ENMC, quer do sítio da internet, quer da intranet (Elaboração Orçamento e Controlo Orçamental), estando a ENMC a concluir este processo, nomeadamente a finalização da extensão de todas as funcionalidades do Balcão Único do operador a todas as áreas operacionais da ENMC, tendo como objetivo a integração, simplificação e desmaterialização das comunicações com os operadores e utentes em geral. Tinha-se perspetivado a sua conclusão em 2015, quando da completa operacionalização da transferência destas áreas funcionais para a ENMC, contudo, atendendo ao atraso na transferência dessas competências o processo encontra-se em curso e concluir-se-á em 2016. As próximas fases devem permitir e implementar o processo de licenciamento e de comunicação total com a ENMC utilizando processos de *work-flow*, permitindo, assim, que o novo operador saiba em que fase está o seu processo em qualquer momento;
8. Conclusão da infraestrutura tecnológica através da aquisição de Hardware e Software (licenças de sistemas operativos), por forma a dotar a ENMC de uma estrutura adequada às necessidades atuais e permitir a sua escalabilidade futura. Assim dotou-se a ENMC de uma estrutura de rede de maior velocidade de tráfego, assegurando-se maior rapidez de acesso às soluções implementadas;
9. Procedeu-se à separação contabilística, por centros de responsabilidade, das várias unidades que compõem a ENMC, por forma a cumprir-se os princípios inerentes à URP, em termos de transparência de informação a apresentar ao Conselho Consultivo, e outros órgãos sociais, bem como uma melhor monitorização do resultado a atingir pela URP anualmente, os quais devem ser tendencialmente nulos -recuperação dos custos incorridos-, nos termos do previsto, respetivamente, no nº 1 do artigo 15º-B e no nº 3 do artigo 20º dos Estatutos da ENMC;

10. Iniciou-se, em fevereiro, a produção de uma *newsletter* mensal com informação relevante sobre os principais desenvolvimentos do setor e a atuação da ENMC, bem como de um Boletim Mensal com análise ao mercado dos combustíveis em Portugal, publicado no site da ENMC.

B. PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA 2016

Desde 2010 que não foram definidas pelas tutelas, à ENMC, quaisquer orientações estratégicas para além das decorrentes do enquadramento legislativo identificado nas competências atribuídas à ENMC a seguir descritas:

Enquadramento

O presente documento foi elaborado tendo por base a conclusão do processo de reestruturação da ENMC/DGEG/LNEG que efetivou a plena transferência para a ENMC das novas competências, previstas no Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto, bem como as novas competências que lhe foram atribuídas, na sequência da publicação da Lei n.º 6/2015, de 16 de janeiro, que atribuiu competências à ENMC em matéria da supervisão do setor dos combustíveis, bem como as decorrentes da publicação do Decreto-Lei n.º 244/2015, de 19 de outubro, legislação enquadradora do SPN, em que à ENMC foram atribuídas diversas competências em matéria de supervisão do Sistema Petrolífero Nacional.

Assim, a ENMC, E.P.E., para além das competências de ECA que já detinha e que estão refletidas na Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) detém 3 novas áreas de responsabilidade, designadamente:

1. Petróleo bruto, produtos de petróleo, GPL canalizado e biocombustíveis, previstas nas alíneas e), k), l), n) e o) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 151/2012, de 12 de julho, designadamente a promoção da segurança de abastecimento e as matérias previstas nos artigos 24.º e 25.º do Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, a monitorização do mercado de carburantes, a defesa dos consumidores, a promoção da segurança técnica e da qualidade dos carburantes, o registo de comercializadores de produtos de petróleo, o acompanhamento da evolução do mercado interno de energia e de outros mercados regionais, a constituição de um acervo documental atualizado que possibilite o conhecimento das características e perspetivas de desenvolvimento do setor petrolífero e a participação na definição das políticas de promoção dos biocombustíveis e outros combustíveis renováveis, assumindo o papel de Entidade supervisora e fiscalizadora do setor dos combustíveis;
2. Biocombustíveis, previstas, no que respeita à DGEG, no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 62/2006, de 21 de março, no Decreto-Lei n.º 49/2009, de 26 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 6/2012, de 17 de janeiro, e 224/2012, de 16 de outubro, e respetiva regulamentação, e, no que respeita ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG, I.P.), as relativas à coordenação do processo de verificação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis, previstas no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º

117/2010, de 25 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 6/2012, de 17 de janeiro, e 224/2012, de 16 de outubro, e na Portaria n.º 8/2012, de 4 de janeiro.

3. Prospeção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de recursos petrolíferos, na aceção da alínea a) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 109/94, de 26 de abril, previstas no artigo 7.º da Portaria n.º 194/2013, de 28 de maio.

Assim, para 2016, perspetivam-se as seguintes **atividades para a URP** e para as outras **3 unidades operacionais** acima referidas, bem como diversas ações transversais que dão sustentabilidade organizacional à ENMC, e potenciam as sinergias decorrentes da integração destas competências:

B1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

1. Otimização do portfólio de reservas e rotação de produtos.
2. Continuação da revisão dos contratos de armazenagem;
3. Conclusão do processo negocial para a cedência do depósito Pol Nato de Lisboa, que permitirá à ENMC gerir diretamente o complexo do depósito POL-NATO Lisboa, bem como cedê-lo para exploração comercial a entidades privadas, desenvolvendo e acrescentando este ativo ao Sistema Petrolífero Nacional, contribuindo para o desenvolvimento de um mercado mais competitivo na área do armazenamento e, em especial, no transporte através de oleoduto, conforme indicações da AIE e da EU, neste âmbito;
4. Desenvolvimento de um Balcão Único com o objetivo da simplificação da articulação com os intervenientes do Sistema Petrolífero Nacional, permitindo o cadastro, reporte, comunicação e troca de informação com todos estes elementos.
5. Lançamento de concurso público internacional para armazenagem de reservas em cavernas, em solo nacional, contra a celebração de um contrato a 8 anos;
6. Aplicação de uma Prestação Única para a constituição de reservas, prestação de igual valor para as três categorias de produtos.

B2 - Unidade de Produtos Petrolíferos (UPP)

Monitorização do mercado de combustíveis

1. Garantir a regularidade do abastecimento nacional, com a referenciação dos principais operadores nacionais que, pela sua dimensão e área de negócio (podem) condicionar as políticas em matéria de abastecimento;
2. Implementar o Cadastro centralizado nos termos previstos no Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro;
3. Criar e implementar normas de monitorização da segurança do abastecimento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN) e acompanhar as condições de aprovisionamento do País em petróleo bruto e produtos de petróleo, em função das necessidades futuras do consumo, e monitorizar o

funcionamento dos mercados de petróleo bruto e produtos de petróleo, com intervenção em pelo menos 10 operadores dedicados à importação de derivados.

4. Estabelecer as linhas de orientação sobre a metodologia a utilizar na competência de supervisão da ENMC;
5. Regulamentar a nova Lei de Bases do SPN;
6. Proceder à recolha e tratamento da informação dos operadores para efeitos da Lei nº 6/2015, de 16 de janeiro, e do Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro,
7. Supervisionar o Acesso de Terceiros às instalações declaradas de interesse público;
8. Estabelecer mecanismos de mediação previstos na lei.
9. Promover a alteração de legislação e regulamentação relativas ao licenciamento, à responsabilidade técnica, à segurança, à eficiência e à fiscalização das instalações e atividades respeitantes ao petróleo bruto e produtos de petróleo.

Controlo de Qualidade

1. Proceder à colheita de 1500 amostras no âmbito do cumprimento do plano de colheitas de amostras a que Portugal, como Estado da UE está obrigado;
2. Certificação e acreditação dos trabalhadores afetos à UPP, no âmbito das competências de fiscalização e da colheita de amostras;
3. Desmaterializar todo o processo de colheita de amostras, salvo a utilização de suporte em papel para a tramitação do processo por contraordenação.

Certificação dos Operadores

1. Proceder à certificação administrativa de 2000 operadores do sistema Petrolífero Nacional;
2. Implementar e fiscalizar o cumprimento dos regulamentos que estabelecem a obrigatoriedade de troca de garrafas de GPL, independentemente da marca;
3. Criar o manual do posto de combustível, por forma a concentrar num só documento as principais obrigações (e direitos) dos operadores retalhistas.

Auditorias no âmbito do Sistema Petrolífero Nacional

Realização de 5 auditorias às instalações das instalações petrolíferas, designadamente de refinação, de transporte e de armazenamento.

Fiscalizações

Fiscalizar 1000 operadores do SPN no âmbito das competências da ENMC, Lei nº 6/2015, de 16 janeiro, e Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro.

Defesa do Consumidor / Reclamações

1. Apreciar e propor as respostas às consultas e reclamações sobre aspetos da sua competência referentes à produção, transporte, distribuição e comercialização de produtos de petróleo, bem

como sobre as várias atividades da cadeia de valor do mercado do GPL canalizado no prazo estabelecido na lei (10 dias);

2. Desenvolver uma campanha ao nível nacional, sob o lema: *Combustível Simples é Bom*;
3. Promover a segurança de pessoas e bens e a defesa dos consumidores através da sensibilização das entidades que atuam no setor petrolífero e do público em geral para a aplicação da regulamentação técnica de segurança e de qualidade de serviço e acompanhar o desenvolvimento e a utilização das capacidades de refinação, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de produtos de petróleo.

B3 - Unidade de Biocombustíveis (UB)

Verificação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis produzidos e importados

1. Colaboração na transposição da Diretiva (UE) 2015/1513, de 9 de setembro;
2. Emissão de TdBs a favor dos produtores e importadores de biocombustíveis;
3. Verificação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis pelos produtores de regime geral e pequenos produtores e importadores nacionais;
4. Avaliação dos relatórios anuais de verificação dos critérios de sustentabilidade dos operadores nacionais;
5. Certificação através de regime nacional dos Pequenos Produtores Dedicados (PPD);
6. Emissão de pareceres técnicos sobre a elegibilidade de matérias-primas residuais para a produção de biocombustíveis com dupla contagem (duas vezes o seu teor energético);
7. Verificação da qualidade de biocombustíveis (FAME) produzidos pelos PPD;

Metas Nacionais de Incorporação

1. Apoio à emissão pela DGEG de autorizações de importação de biocombustíveis puros ou incorporados para o cumprimento das metas de incorporação nacionais para 2016;
2. Verificação das metas nacionais de incorporação;
3. Cancelamento dos TdB entregues anualmente pelos incorporadores e que são representativos dos biocombustíveis incorporados no ano anterior, constituindo estes a prova do cumprimento da obrigação de incorporação de biocombustíveis prevista no Decreto-Lei nº 117/2010 de 25 de outubro;
4. Gestão do Mercado de TdB para o cumprimento das metas nacionais de incorporação;
5. Facilitação de transação de TdB;
6. Fiscalização e aplicações de coimas por incumprimento da lei.

Evolução do Mercado Europeu de Biocombustíveis

1. Acompanhamento das alterações da legislação europeia, garantindo a correta transposição para a lei portuguesa;
2. Análise das principais tendências europeias (a nível legislativo e evolução do mercado) e respetiva elaboração de recomendações para eventuais alterações legislativas.

B4 - Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos (UPEP)

Investimento do setor petrolífero na pesquisa e exploração de petróleo em Portugal

1. Promover o investimento das empresas do setor em Portugal, divulgando as potencialidades geológicas nacionais e incrementando a agilização dos processos de atribuição de concessões para prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo;
2. Colaborar no lançamento do Concurso Público para atribuição de áreas de concessão para prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo;
3. Promover o potencial petrolífero das bacias sedimentares portuguesas junto das empresas do setor e divulgação dos dados/informação técnica no âmbito das atividades de prospeção e pesquisa;
4. Fomentar a discussão sobre o mar, mantendo e afirmando as especificidades próprias da pesquisa e exploração de petróleo.

Supervisão das atividades das concessionárias através de eficiente e eficaz acompanhamento e fiscalização.

1. Aumentar a supervisão (acompanhamento e fiscalização) das atividades de prospeção e pesquisa no cumprimento do estabelecido nos contratos e na legislação nacional e comunitária vigente;
2. Colaborar/propor normas e especificações técnicas no âmbito da pesquisa e exploração de petróleo e acompanhar e colaborar na transposição de diretivas europeias em que a ENMC é a entidade competente.

Divulgação do Potencial Petrolífero

Implementação de um Centro do Conhecimento para o Petróleo, tendo como objetivo a divulgação de toda a informação que a ENMC detém sobre os Produtos Petrolíferos e permitir, desta forma, a sua consulta técnica aos diversos *stakeholders*, Academia e escolas;

B5 - Institucional e transversal

1. Conclusão da reestruturação da ENMC com todas as suas novas competências e obtenção dos recursos humanos necessários;
2. Assegurar internacionalmente os assuntos em matérias da sua competência definidas nos seus estatutos, designadamente, sempre que estejam em causa matérias relativas ao petróleo bruto e produtos de petróleo, incluindo as respeitantes à obrigatoriedade de constituição e monitorização de reservas de segurança e, ainda, em matérias relativas à prospeção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo e biocombustível;
3. Continuação da promoção do Relacionamento Internacional, nomeadamente através de uma maior relação com os parceiros e congéneres europeus da ENMC, com as congéneres da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, no âmbito da Declaração de Cascais, bem como através do estabelecimento de Protocolos de Colaboração Institucional e transferência de conhecimento, através da receção de estagiários;

4. Estruturação de um Plano de Prevenção de Risco e Infrações Conexas, na sequência das Recomendação nº 1/2015 e 3/2015 do Conselho de Prevenção da Corrupção, respetivamente, de 7 de janeiro e de 1 de julho de 2015, conforme Ofício-circular da DGTf refª 4799, de 10 de agosto, atendendo a que será durante o ano de 2016 que se sedimentará a transferência de todas as novas competências para a ENMC e será possível estruturar o referido Plano, sustentado na operacionalização dessas atividades;
5. Manutenção do sítio da internet www.enmc.pt, Balcão Único e continuidade de produção da *newsletter* e do Boletim mensais.

II RELATÓRIO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016

Os valores inscritos para 2014 nas diferentes rubricas correspondem aos valores reais constantes no Relatório & Contas referente ao exercício de 2014, submetido, em 14/07/2015, às tutelas e que ainda não foi aprovado, não tendo sido solicitados/suscitados, até à data, quaisquer esclarecimentos ou questões pela(s) tutela(s).

Complementarmente, deve referir-se a ENMC não dispõe, atualmente, de contabilidade pública, a sua contabilidade é realizada de acordo com a SNC-IFRS.

Na sequência do referido, não se anexa a Declaração de Conformidade nos termos do Despacho nº 172/2014, de 31 de janeiro, pois a referida Declaração tem subjacente a conformidade do PAO apresentado ter sido elaborado com base no referencial das contas públicas o que, atualmente a ENMC não efetua. Ir-se-á aplicar o SNC-AP em 2017.

C - ANÁLISE DO ANO DE 2015

C1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

1. Mercado

O ano em curso evidencia um aumento relativamente ao ano anterior das introduções no consumo de todos os produtos sujeitos a obrigação de reservas.¹

Cat	2013		2014		2015		△% Est. 2015/ Real 2014
	Orç.	Real	Orç.	Real	Orç.	Estimado	
A	1.093.729	1.099.634	1.083.226	1.081.382	1.062.198	1.096.456	1,4%
B	5.590.849	5.564.988	5.510.351	5.677.956	5.505.113	5.843.308	2,9%
Outros	966.748	848.012	846.300	769.578	744.585	774.213	0,6%

As introduções ao consumo reais de 2014 servem de base ao cálculo das reservas dos operadores obrigados para o 1º trimestre de 2016.

As introduções ao consumo, estimadas para 2015, servirão de base ao cálculo das reservas para o 2º, 3º e 4º trimestres de 2016 dos operadores obrigados.

¹ A estimativa das introduções ao consumo para a totalidade do ano de 2015 resultam de 8 meses reais (jan/ago) e as estimativas solicitadas aos operadores para os últimos 4 meses do ano.

2. Resultados URP

A evolução prevista para os custos estimados da URP para o final de 2015 comparativamente com o orçamento efetuado para 2015 é a seguinte:

Variação Estimativa/Orçamento 2015 (K€)						
	Exec 2014	Orç 2015	Est 2015	Valor	Δ %	
CMVM	23 004	0	0			
Armazenagem	17 007	13 852	12 061	-1 791	-13	
Tratamento gasóleo Polnato	0	1 500	0	-1 500	-100	
Contratos para a manutenção à sua ordem de PP ou de PB (Tickets)	5 726	3 529	1 838	-1 691	-48	
Tot. Armazenagem	22 733	18 881	13 899	-4 982	-26	
Outros FSE	655	1 367	1 304	-63	-5	
Pessoal	356	637	616	-21	-3	
Amortizações	25	103	28	-75	-73	
Dotação Fundo Estatutário	0	2 182	2 182	0	0	
Provisões	472	500	0	-500	100	
Perdas por imparidades	54 269	0	3 246	3 246	100	
Custos líq. exercícios anteriores	4 227		37	37	100	
Outros gastos e perdas	0		4	4	100	
Custos operacionais	105 741	23 670	21 316	-2 354	-10	
Custos financeiros líquidos	859	328	86	-242	-74	
Custos Totais	106 600	23 998	21 402	-2 596	-11	

A conta de exploração apresentada abaixo evidencia os seguintes valores:

	Executado 2014	Resultados URP 2015		Est. 15/Orç. 15	
		Orçamento 2015	Estimado 2015	K €	%
Vendas	50 274				
Prestação de Serviços	29 473	24 023	24 036	13	0%
Outros Proveitos					
Total de Proveitos	79 747	24 023	24 036	13	0%
Custos Operacionais	105 741	23 670	21 316	-2 354	-10%
Custos Financeiro Líquidos	859	328	86	-242	-74%
Total Custos	106 600	23 998	21 402	-2 596	-11%
Resultados antes de impostos	-26 853	25	2 634	2 609	

A prestação de serviços estimada apresenta um comportamento muito semelhante aos valores orçamentados.

Os custos operacionais estimados mostram um desvio favorável de 2,4M€ relativamente ao orçamento de 2015 devido essencialmente:

- ✓ À redução do custo de armazenagem das reservas (1,8M€) principalmente em função da diminuição da renda do Polnato de 1,7M€ para cerca de 395 K€, tendo sido este diferencial utilizado para serviços de manutenção e logística (segurança, manutenção, operação, estudos elaborados para Z1, Z2 e Z3) aplicados nas instalações do Polnato, registado em Outros FSE's no valor de 600K€;
- ✓ A não rotação do gasóleo do Polnato, relativamente ao que estava orçamentado em 2015 (-1,5M€);
- ✓ À diminuição dos custos de aquisição de *tickets* em 1,7M€: orçamentados custos de 1,2€/ton contra custos reais médios de 0,65€/ton;
- ✓ À redução do nível de amortizações de 75 K€ (103K€ orçamentados contra 28K€ estimados);

- ✓ À ausência de provisões para impostos sobre lucros na estimativa do final do ano (500K€ orçamentados);
- ✓ À estimativa de perda por imparidade em inventário de 3,2M€ (não foi orçamentado qualquer imparidade);
- ✓ À redução dos custos financeiros líquidos de 242K€ (orçamentados 328K€ contra 86K€ estimados).

Os restantes custos operacionais, tais como Outros FSE's, Custos com o pessoal e Outros representam diferenças pouco significativas quando se compara o orçamento de 2015 com a estimativa de final do ano.

Globalmente, os custos de armazenagem mais *tickets* estimados em 2015, representam 65% dos custos totais.

3. Reservas

A posição das reservas da ENMC tem seguido uma lógica trimestral, considerando a obrigação de reservas para 2015. Neste sentido, a ENMC tem apresentado um conjunto de reservas físicas, relativamente estável, ao longo dos 4 trimestres e tem realizado, trimestralmente, contratos de manutenção (*tickets*) com terceiros por forma a ajustar às necessidades de reservas dos operadores obrigados.

3.1 Reservas Físicas - 4º trimestre (deduzido de 10% dos fundos de tanque)

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	46.260	49.267	
B - Gasóleo	268.012	285.433	
C - Outros	45.900	48.884	
Crude	484.274	464.903	
Totais	844.446	848.486	

3.2 Reservas efetuada com base na celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (Tickets)

4º trimestre

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	10.000	10.650	
B - Gasóleo	20.000	21.300	
C - Outros	50.000	53.250	
Crude	110.000	105.600	
Totais	190.000	190.800,00	

Contratação de *Tickets* em 2015:

Q.	Armazenagem	Produto		
		Tipo	Toneladas	COE
1. 2015	ETT Rotterdam Holanda	Crude	60 000,00	57 600,00
	Spain	Mix Gasoline and Gasoil	20 000,00	21 300,00
	Spain	Mix Gasoline and Gasoil	20 000,00	21 300,00
	Portugal	Crude	150 937,50	144 900,00
	TOTAL Q1		250 937,50	245 100,00
2. 2015	Bélgica	Gasoil	50 000,00	53 250,00
	Alemanha	Crude	50 000,00	48 000,00
	Portugal	Crude	183 645,83	176 300,00
	TOTAL Q2		283 645,83	277 550,00
3. 2015	Bélgica	Gasoil	50 000,00	53 250,00
	Bélgica	Gasoil	30 000,00	31 950,00
	Alemanha	Crude	20 000,00	19 200,00
	Alemanha	Crude	50 000,00	48 000,00
	Italia	Fuel Óleo	20 000,00	21 300,00
	Espanha	Gasolina	15 000,00	15 975,00
	Portugal	Crude	26 041,67	25 000,00
	TOTAL Q3		211 041,67	214 675,00
4. 2015	Alemanha	Crude	50 000,00	48 000,00
	Itália	Fuel Óleo	50 000,00	53 250,00
	Espanha	Gasolina	10 000,00	10 650,00
	Espanha	Diesel	20 000,00	21 300,00
	Portugal	Crude	60 000,00	57 600,00
	TOTAL Q4		190 000,00	190 800,00

3.3 Reservas Totais

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	56.260	59.917	
B - Gasóleo	288.012	306.733	
C - Outros	95.900	102.134	
Crude	594.274	570.503	
Totais	1.034.446	1.039.286	

3.4 Distribuição de Reservas- 4º trimestre

Categoria dos Produtos	Reservas Constituídas pela ENMC (Número médio de dias)		
	A	B	C
Grandes Operadores	48,55	45,60	38,32
Pequenos Operadores	90	72,48	90

Categoria dos Produtos	Reservas Constituídas pelos Operadores (Número médio de dias)		
	A	B	C
Grandes Operadores	41,45	44,40	51,68
Pequenos Operadores	0	17,52	0

Reservas Constituídas pela ENMC (ton.coe)			
Categoria dos Produtos	A	B	C
Grandes Operadores	146.822	705.949	79.071
Pequenos Operadores	11.783	78.690	16.399
Total	158.605	784.639	95.471

Reservas Constituídas pelos Operadores (ton.coe)			
Categoria dos Produtos	A	B	C
Grandes Operadores	125.369	687.389	106.623
Pequenos Operadores	0	19.019	0
Total	125.369	706.407	106.623

4. Qualidade das reservas de produtos

A manutenção da qualidade das reservas armazenadas com a PETROGAL constitui responsabilidade contratual da depositária.

O produto armazenado no DPNL é monitorizado através da realização semestral do controlo de qualidade dos produtos. Dentro dos tanques verificou-se que o mesmo se manteve dentro das especificações e estável, não existindo evolução que afigurem alterações negativas, pelo que a rotação do produto não foi equacionada.

Os parâmetros de qualidade (média ponderada) verificados são os seguintes:

	Especificações		Média ponderada dos parâmetros
	Min.	Max.	
Density (15°C) kg/m ³	820,0	845,0	839,7
Flash point ° C			
Water Karl Fisher % m/m		0,02	0,005
Rec at 250° C % v/v		65,0	30,0
Rec at 350° C % v/v	85,0		93,1
95% recovered ° C		360,0	356,5
Cetane index calculated			
Appearance			B&C
Colour			Yellow
Total contamination mg/kg		85,0	12,0
Oxidation stability g/m ³		25,0	6,1

Tal como referido, constata-se que os parâmetros de qualidade observam as especificações legais em vigor.

C2 - Unidade de Produtos Petrolíferos (UPP)

	Executado 2014	Resultados UPP 2015		Est. 15/Orç.15	
		Orçamento 2015	Estimado 2015	K €	%
Prestação de Serviços	0	500	0	-500	-100%
Outros Proveitos					
Total de Proveitos	0	500	0	-500	-100%
Custos Operacionais					
FSE´s	0	740	740	0	0%
Gastos com pessoal	0	95	160	65	68%
Amortizações			8	8	
Outros custos					
Total Custos	0	835	908	73	9%
Resultados antes de impostos	0	-335	-908	-573	171%

No que respeita ao orçamento de 2015, a conta de exploração desta unidade previa um nível de prestação de serviços de 500K€, que não se irá a verificar, na medida em que não está previsto qualquer proveito até final do ano.

Em termos de custos operacionais, estavam orçamentados 740K€ distribuídos, principalmente, por trabalhos especializados (recolha de amostras - 660K€) e honorários (60K€), que se realizaram, pelo que estimamos um custo de FSE´s no final do ano em sintonia com o orçamento.

Os gastos de pessoal, orçamentados, contemplavam 2 funcionários, entretanto, existem 5 funcionários e prevê-se fechar o ano com 6 colaboradores afetos a esta área, perfazendo um montante global estimado de 160K€.

A Lei nº6/2015, de 16 de janeiro, alocou à ENMC uma serie de competências adicionais na área de monitorização do mercado de combustíveis, pelo que foi necessário recorrer a um número superior de recursos humanos provenientes da Administração Pública/DRELVT, que executavam tarefas similares.

O resultado antes de impostos estimado negativo de 908K€ reflete por um lado, a ausência de proveitos e por outro, aumento dos custos totais operacionais, decorrentes do crescimento da massa salarial e da realização de algum investimento que se traduziu num pequeno custo com amortizações.

	Executado 2014	Resultados UB 2015		Est. 15/Orç.15	
		Orçamento 2015	Estimado 2015	K €	%
Prestação de Serviços	0	692	357	-335	-48%
Outros Proveitos					
Total de Proveitos	0	692	357	-335	-48%
Custos Operacionais					
FSE's	0	237	38	-199	-84%
Gastos com pessoal	0	108	57	-51	-47%
Amortizações			2	2	
Outros custos					
Total Custos	0	345	97	-248	-72%
Resultados antes de impostos	0	347	260	-87	-25%

Relativamente à Unidade de Biocombustíveis orçamentou-se um nível de proveitos de cerca de 692K€ e estimando-se obter, no final de 2015, cerca de 357K€. A diferença deve-se ao atraso verificado na transferência de competências desta área para a ENMC.

A este respeito refere-se, novamente, que a formalização desta transferência foi efetuada através de despacho do Secretário de Estado da Energia produzindo efeitos a 17 de abril de 2015.

Neste âmbito, iniciou-se a faturação da UB apenas em Maio/15, quando o orçamento previa faturação desde Janeiro/15.

Como custos operacionais foram orçamentados 237K€, repartidos por trabalhos especializados (72K€), deslocações e estadas (70K€), honorários (30K€), formação (30K€) e outros pequenos. Para o final do ano estima-se um montante de FSE's substancialmente mais reduzido (38K€) e que consiste, principalmente, em serviços partilhados (trabalhos especializados, deslocações e estadas entre outros).

Em gastos com o pessoal, o orçamento previa 2 colaboradores e, na realidade, apenas está afeto, até final do ano, 1 colaborador, o que corresponde a metade do valor estimado (51K€).

As amortizações correspondem também a partilha de investimentos alocados na devida proporção a esta unidade.

A diferença obtida para o RAI (-51K€) resulta, sobretudo, numa redução de proveitos proporcionalmente superior à redução de custos.

	Executado 2014	Resultados UPEP 2015 △		Est. 15/Orç.15	
		Orçamento 2015	Estimado 2015	K €	%
Prestação de Serviços	0	413	865	452	109%
Outros Proveitos					
Total de Proveitos	0	413	865	452	109%
Custos Operacionais					
FSE´s	0	221	167	-54	-24%
Gastos com pessoal	0	186	193	7	4%
Amortizações	0		1	1	
Outros custos					
Total Custos	0	407	361	-46	-11%
Resultados antes de impostos	0	6	504	498	8300%

Sobre a Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos a conta de exploração previa, no orçamento 2015, um nível de prestação de serviços de 413K€, composto pela cobrança de taxas de rendas de superfície, celebração de contratos de concessão e vendas de dados. O montante estimado de proveitos deverá atingir os 865K€ cuja composição envolve a cobrança de taxas de concessão, transmissão de posições contratuais, licenças de avaliação prévia, venda de dados e despesas no âmbito das contrapartidas do Estado.

Entre os custos operacionais, orçamentou-se 221K€ de FSE`s distribuído entre rendas e alugueres (60K€), deslocações e estadas (36K€), honorários (37K€), comunicação (17K€) entre outros pequenos. Por outro lado, os gastos com o pessoal incluíam 5 funcionários.

Estima-se para o final do ano, FSE´s no montante global de 167K€, fundamentalmente constituído por custos diretos associados a honorários, deslocações e estadas, e serviços partilhados tal como foi indicado acima para a UPP. Em termos de recursos humanos estão, atualmente, alocados a esta Unidade 6 colaboradores, daí estimar-se para o final do ano um ligeiro acréscimo de custos com o pessoal.

As amortizações indicadas são pouco expressivas e são partilhadas.

O resultado antes de impostos estimado regista uma diferença de 498K€ para o RAI orçamentado sobretudo devido ao acréscimo de proveitos estimados e ao decréscimo de custos totais, nomeadamente FSE`s.

C5 - Institucional e transversal

Atendendo à diversidade de áreas funcionais e à lógica multifuncional de racionalização dos seus recursos humanos, a ENMC tem, para além dos órgãos sociais (3 membros do Conselho de Administração - o membro não executivo não foi nomeado -, 3 membros do Conselho Fiscal e 1 ROC),

um conjunto de 12 técnicos e administrativos de apoio transversal às quatro unidades acima referidas e que são partilhados pelas diversas áreas sendo, para tal, efetuada uma chave de repartição do seguinte modo: URP: 93%, UBC: 3%, UPEP: 2% e UPP: 2%. Esta repartição tem como base a estrutura de custos destas unidades face ao orçamento de 2015, a ajustar em início de 2016.

No que respeita à conta de exploração da ENMC (global):

	Executado 2014	Resultados ENMC 2015		Est. 15/Orç.15	
		Orçamento 2015	Estimado 2015	K €	%
Vendas	50 274				
Prestação de Serviços	29 473	25 629	25 260	-369	-1%
Outros Proveitos					
Total de Proveitos	79 747	25 629	25 260	-369	-1%
CMVC	23 004				
Custos Operacionais:					
Subcontratos	22 733	18 882	13 899	-4 983	-26%
Outros FSE´s	655	2 566	2 249	-317	-12%
Gastos com pessoal	356	1 026	1 027	1	0%
Amortizações	25	103	40	-63	-61%
Provisões	472	500	0	-500	-100%
Perdas por imparidades	54 269	0	3 246	3 246	
Fundo estatutário	0	2 182	2 182	0	0%
Outros gastos e perdas	0	0	4	4	
Custos Líq. Exercícios Anteriores	4 227	0	37	37	
Custos Financeiro Líquidos	859	328	86	-242	-74%
Total Custos	106 600	25 587	22 770	-2 817	-11%
Resultados antes de impostos	-26 853	42	2 490	2 448	

A conta de exploração da ENMC estimada para final de 2015 considera as seguintes diferenças para o Orçamento de 2015:

- Prestações de serviços, global, abrange a URP - tendo em conta as reservas totais cedidas aos operadores (inclui reservas físicas e tickets contratados, +13K€), a UPP (não estão previstas prestações de serviços, -500K€), a UB (emissão de tickets de biocombustíveis, -335K€) e a UPEP (emissão de taxas de concessão, rendas de superfície, licenças de avaliação, transmissão de posição contratual e vendas de dados, +452K€).
- Os custos operacionais englobam:
 - ✓ Subcontratos - custos com armazenagem de produtos mais aquisição de *tickets* (isentos de IVA) circunscritos à URP: -4.983K€, justificados maioritariamente por menos 1.500K€ respeitantes à não realização da rotação de gasóleo do Polnato, menos 1.691K€ de custo com

- a aquisição de *tickets*, menos 1.305K€ de custo com a renda do Polnato (esta diferença foi aplicada na manutenção e logística da infraestrutura do Polnato);
- ✓ Outros FSE's - diversos onde se incluem, como principais trabalhos especializados, honorários, deslocações e estadas, formação: - 317K€, os quais encontram justificação na URP (-63K€), na UB (-199K€) e na UPEP (-54K€);
 - ✓ Gastos com o pessoal - em linha com o orçamento mas com contribuições diferentes conforme as áreas: na URP (-21K€), na UPP (+65K€), na UB (-51K€) e na UPEP (+7K€);
 - ✓ Amortizações: -63K€, considerando que alguns investimentos orçamentados sofreram atrasos e outro como investimento nas instalações não irá ser realizado até final do ano. Os valores de amortizações nas Unidades UPP, UB e UPEP corresponde a amortização partilhada já que os investimentos são transversais à ENMC;
 - ✓ Não constituição da provisão para impostos sobre lucros orçamentada, por não ter sido necessária;
 - ✓ Constituição do fundo estatutário conforme orçamentado;
 - ✓ Constituição de estimativa de perda por imparidade para o final do ano tendo em conta a cotação internacional do brent e produtos petrolíferos detidos em reservas, cotações à data de 30/09/2015;
 - ✓ Correções líquidas de exercícios anteriores relacionadas com juros de mora e compensatórios associados dos IRC's devidos dos exercícios anteriores objeto de correção tributária - desconsideração do fundo estatutário como custo.

O apuramento de um resultado estimado positivo antes de impostos de 2.490K€, reflete-se numa diferença evidenciada para o Orçamento de 2015 (resultado tendencialmente nulo, +42K€) de 2.448K€ e decorre sobretudo da poupança obtida nos subcontratos (4.983K€, explicitado acima), em Outros FSE's (317K€), não necessidade de contabilizar a provisão de 500K€ e na redução dos custos financeiros líquidos (242K€).

Em sentido contrário concorreu a constituição de reforço de perda por imparidade em inventário (3.246K€, não orçamentada) e a quebra dos proveitos totais (369K€).

D - ORÇAMENTO PARA 2016 - UNIDADES

O presente orçamento, para 2016, foi desenvolvido de acordo as instruções da Direção-geral do Tesouro e Finanças (DGTF) sobre os Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG's) rececionada em setembro e com dados indicados pelos operadores em outubro.

Os pressupostos macroeconómicos resultam de informação constante das referidas instruções da DGTF sobre a elaboração dos IPG's, no âmbito da elaboração do Orçamento para 2016.

Os pressupostos microeconómicos são obtidos através de informação interna e junto dos operadores, designadamente, cotações dos produtos, custo de delegação dos contratos de manutenção (*tickets*) e custo unitário de armazenagem.

A evolução do pressuposto com maior impacto nas na estimativa e por inerência no Orçamento de 2016 é um dado exógeno - não controlável pela empresa - que é a acentuada quebra verificada na cotação do brent e produtos petrolíferos, no decorrer de 2015.

D.1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

O cenário base assenta no pressuposto de que a ENMC, para além dos 30 dias de reservas estratégicas, constitui para todos os pequenos operadores os 60 dias até o cumprimento da Obrigação Nacional, e de que as reservas remanescentes serão cedidas aos grandes operadores que manifestem a intenção em utilizá-las, resultando, assim, na recuperação total dos custos da ENMC.

1. Mercado

As introduções no consumo, reais, efetuadas pelos operadores obrigados, de janeiro a agosto, e a projeção das suas introduções, nos meses de setembro a dezembro de 2015, são os valores que servem de base ao cálculo das reservas dos operadores para o segundo, terceiro e quarto trimestres de 2016. As reservas físicas e de contratos de manutenção à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (*tickets*) garantem a seguinte cobertura em dias:

1.1 Reservas Físicas (deduzido de 10% de fundos de tanque)

Categoria	QDE (KTon)	QDE (Kton Coe)	Dias
A - Gasolina	46 260	49 267	
B - Gasóleo	268 012	285 433	
C - Outros	45 900	48 884	
Crude	484 274	464 903	
Totais	844 446	848 486	

1.2 Reservas a efetuar com base na celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (Tickets)

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	10 000	10 650	
B - Gasóleo	20 000	21 300	
C - Outros	50 000	53 250	
Crude	110 000	105 600	
Totais	190 000	190 800	8,7

A aquisição de 190,8 KTon Coes em produto e crude, através da celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (tickets), corresponde a 9 dias a cobertura de reservas.

1.3 Reservas Totais

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	56.260	59.917	
B - Gasóleo	288.012	306.733	
C - Outros	95.900	102.134	
Crude	594.274	570.503	
Totais	1.034.446	1.039.286	47,3

2. Evolução dos custos da URP

Custos Orçamentados para 2016 (K€)							
		Exec. 2014	Est. 2015	Orç. 2016	Δ valor	Δ %	
CMVM		23 004					
Armazenagem		17 007	12 061	13 568	1 507	12	
Tratamento gasoleo Polnato		0	0	1 500	1 500	100	
Contratos para a manutenção à sua ordem de PP ou de PB (Tickets)		5 726	1 838	2 280	442	24	
Total de Subcontratos		22 733	13 899	17 348	3 449	25	
					0		
					0		
Outros FSE		655	1 304	1 765	461	35	
Pessoal		356	616	897	281	46	
Amortizações		25	28	144	116	414	
Dotação Fundo Estatutário		0	2 182	2 018	-164	100	
Provisões		472			0		
Perdas por imparidades		54 269	3 246		-3 246	-100	
Custos líq. exercícios anteriores		4 227	37		-37	-100	
Outros gastos e perdas		0	4		-4	-100	
Custos operacionais		105 741	21 316	22 172	856	4	
Custos financeiros líquidos		859	86	22	-64	-74	
Custos Totais		106 600	21 402	22 194	792	4	

O orçamento, para os custos de armazenagem, evidencia um aumento de 1,5M€ (+12%) relativamente a custos de armazenagem estimados para 2015 que decorre da manutenção:

- do custo unitário de armazenagem (2015) das reservas armazenadas nas instalações da GALP;
- do custo da renda do Polnato de 395K€ (2015) mais acréscimo de 1,6M€ previstos na manutenção e segurança das infraestruturas do Polnato à semelhança do ocorrido em 2015 e orçamentado em subcontratos.

O orçamento prevê, novamente, uma verba para o tratamento do gasóleo do Polnato (1,5M€), na medida em que esta verba tinha sido orçamentada para 2015 mas este serviço será previsivelmente apenas realizado em 2016.

A contratação de *tickets*, em 2016, regista um crescimento de 442K€ (+24%) e reflete a orçamentação de um volume médio de aquisição de tickets semelhante a 2015 a um custo unitário superior.

Os custos totais com os subcontratos ascendem assim, em 2016, a 17.348K€ (+3.449K€) que em 2015. Globalmente, os subcontratos continuam a representar uma fatia considerável dos custos totais: cerca de 78%.

Os restantes Fornecimentos e Serviços Externos, ascenderão a 1.765K€ sendo constituído maioritariamente por trabalhos especializados de manutenção e operação no Polnato, e adicionalmente serviços especializados no valor global de 900K€ a realizar no Polnato: apoio ao licenciamento do oleoduto BA6-Portela (150K€), esvaziamento dos oleodutos do Polnato (150K€), análise da pigagem do oleoduto Polnato-BA6 (600K€), remodelação da ETAR, melhoramento do sistema de incêndios.

Nos custos orçamentados com o pessoal prevê-se um incremento de 281K€ (passa de 616K€, estimados em 2015, para 897K€ orçamentados para 2016) e deve-se:

- À contabilização de 2 colaboradores afetos diretamente a esta unidade;
- À contabilização de custos indiretos que vêm dos serviços partilhados - a este propósito relembra-se que se preveem 13 colaboradores transversais mais 6 em Órgãos Sociais (2 colaboradores no Conselho de Administração - não foi nomeado o membro não executivo-, 3 do Conselho Fiscal e 1 ROC), e a chave de repartição prevê que 93% deste custo seja afeto à URP.

Por outro lado, e se o enquadramento jurídico, em 2016, o permitir, poderá ser posto em prática um novo Estatuto Remuneratório dos órgãos sociais, conforme o Despacho Conjunto da Sr^a SET e Sr. SEE, de 3 de novembro de 2014, que define o Estatuto Remuneratório dos membros do Conselho de Administração da ENMC, e o Despacho Conjunto da Sr^a SET e Sr. SEE, de 8 de maio de 2015 que nomeia o atual Conselho Fiscal e define o seu Estatuto Remuneratório.

O aumento previsível para as amortizações prende-se sobretudo com o investimento orçamentado de 202K€ para o Balcão Único do qual 93% é alocado à URP (187,9K€).

Voltou-se a ponderar e foi decidido reforçar novamente a dotação para o fundo estatutário previsto no n.º 4 do artigo 20.º dos estatutos da ENMC (Anexo V ao Decreto-Lei n.º 165/2013).

Os custos financeiros líquidos orçamentados para 2016 decorrem da combinação entre os custos financeiros estimados para o empréstimo obrigacionista como uma taxa Euribor a 6 meses ligeiramente inferior à aplicada em 06/08/2015 e por outro lado os ganhos financeiros a obter com as aplicações de excedentes de tesouraria previstas com uma taxa de remuneração de níveis de Setembro/2015. De notar que a maior aplicação em CEDIM, de 10.100K€ está aplicada a uma taxa de 6,78% até 15/06/2020.

Período 2014
 Moeda
 Unidade


	Real 2014	Estimado 2015	Orçamento 2016	Desvio Total	Desvio %
RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS (A)					
Venda de Produtos	50.274	0	0	0	0 %
Prestação de Serviços	29.473	24.037	22.222	-1.815	-7 %
Rendimentos Suplementares	0	0	0	0	0 %
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0	0	0 %
Subsídios de exploração	0	0	0	0	0 %
Variações de Inventários na produção	0	0	0	0	0 %
Acréscimo de Ganhos	0	0	0	0	0 %
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	79.747	24.037	22.222	-1.815	-7%
GASTOS OPERACIONAIS (B)					
CMVC	-23.004	0	0	0	0 %
Subcontratos	-22.733	-13.899	-17.348	-3.449	+24 %
Outros FSE	-655	-1.304	-1.765	-461	+35 %
Gastos com pessoal	-356	-616	-897	-281	+45 %
Amortizações	-25	-28	-144	-116	+408 %
Provisões do período	-472	0	0	0	0 %
Perdas por Imparidades	-54.269	-3.246	0	3.246	0 %
Impostos indirectos	0	0	0	0	0 %
Dotação para Fundo Estatutário	0	-2.182	-2.018	164	-7 %
Outros gastos e perdas	0	-4	0	0	0 %
TOTAL DE GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	-101.514	-21.279	-22.172	-893	+4 %
Resultados Operacionais	-21.766	2.758	50	-2.708	-98 %
RESULTADOS FINANCEIROS (C)					
Rendimentos de aplicações financeiras	730	694	727	33	+4 %
Outros Juros e proveitos similares	0	0	0	0	0 %
Cobertura de risco de taxa de juro (ganhos)	0	0	0	0	0 %
Diferenças de câmbio favoráveis e outros ganhos financeiros	0	0	0	0	0 %
Cobertura de risco de taxa de juro (perdas)	0	0	0	0	0 %
Diferenças de câmbio desfavoráveis e outras perdas fin.	0	0	0	0	0 %
Juros suportados e custos similares	-1.589	-780	-749	31	-4 %
Relativos a Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0 %
TOTAL RESULTADOS FINANCEIROS	-859	-86	-22	64	-75 %
EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)					
Ganhos de Exercícios anteriores	26	8	0	-8	0 %
Perdas de Exercícios anteriores	-4.254	-45	0	45	0 %
TOTAL EXERCÍCIOS ANTERIORES	-4.227	-37	0	37	0 %
Resultados antes de impostos	-26.853	2.634	28	-2.606	-98 %
IMPOSTOS (E)					
Imposto sobre o rendimento do exercício	-16	-616	-6	610	-99 %
TOTAL IMPOSTOS	-16	-616	-6	610	-99 %
RESULTADO LÍQUIDO					
RESULTADO LÍQUIDO [A-(B+C+D+E)]	-26.869	2.018	23	-1.995	-98 %

Proveitos

Os proveitos da URP orçamentados deverão atingir os 22.222K€ e são obtidos pela quantidade de reservas que a ENMC/URP prevê ceder aos operadores multiplicado pela prestação unitária única para as três categorias de produtos que ora se orçamenta, conforme objetivo definido para 2016.

As prestações são destinadas a assegurar, em termos orçamentais, a recuperação dos custos totais da ENMC e equivalem ao quociente entre custos totais da ECA e a quantidade total de reservas (físicas mais contratos de manutenção/tickets) em posse de ENMC medida em *tcoe*.

A redução dos custos totais reflete-se, diretamente, na redução das prestações unitárias e respetivos proveitos, cobrados aos operadores, considerando que o resultado final orçamentado é tendencialmente nulo.

4. Custos da URP/ECA (€/Coe) - Prestações Unitárias

Comparação Custo Unitário em valores e Percentagem

Para melhor compreensão e comparação apresenta-se, também, o custo €/mês/*Tcoe* de 2015:

Categoria	2014	2015	2016	2015/2016	
				△	%
A - Gasolina	2,29	2,11	1,78	-0,33	-16%
B - Gasóleo	2,06	1,99	1,78	-0,21	-11%
C - Outros	1,82	1,65	1,78	0,13	8%

As prestações da URP - Unidade de Reservas Petrolíferas enquanto ECA - Entidade Central de Armazenagem resultam principalmente da recuperação dos custos totais, onde se inclui a dotação para o fundo estatutário previsto no nº 4 do artigo 20º dos estatutos da ENMC (Anexo V ao Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro) e os custos financeiros líquidos (deduzidos dos juros obtidos com aplicações financeiras).

Demonstrações de Resultados
Demonstração de Resultados

 Período 2014
 Moeda
 Unidade


	Real 2014	Estimado 2015	Orçamento 2016	Desvio Total	Desvio %
RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS (A)					
Venda de Produtos	0	0	0	0	0 %
Prestação de Serviços	0	0	12	12	+100 %
Rendimentos Suplementares	0	0	0	0	0 %
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0	0	0 %
Subsídios de exploração	0	0	0	0	0 %
Variações de Inventários na produção	0	0	0	0	0 %
Acréscimo de Ganhos	0	0	0	0	0 %
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	0	0	12	12	+100 %
GASTOS OPERACIONAIS (B)					
CMVC	0	0	0	0	0 %
Subcontratos	0	0	0	0	0 %
Outros FSE	0	-740	-620	-120	-16 %
Gastos com pessoal	0	-160	-328	168	+104 %
Amortizações	0	-8	-20	12	+143 %
Provisões do período	0	0	0	0	0 %
Perdas por Imparidades	0	0	0	0	0 %
Impostos indirectos	0	0	0	0	0 %
Dotação para Fundo Estatutário	0	0	0	0	0 %
Outros gastos e perdas	0	0	0	0	0 %
TOTAL DE GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	0	-908	-967	-59	+6 %
Resultados Operacionais	0	-908	-955	-47	+5 %
RESULTADOS FINANCEIROS (C)					
Rendimentos de aplicações financeiras	0	0	0	0	0 %
Outros Juros e proveitos similares	0	0	0	0	0 %
Cobertura de risco de taxa de juro (ganhos)	0	0	0	0	0 %
Diferenças de câmbio favoráveis e outros ganhos financeiros	0	0	0	0	0 %
Cobertura de risco de taxa de juro (perdas)	0	0	0	0	0 %
Diferenças de câmbio desfavoráveis e outras perdas fin.	0	0	0	0	0 %
Juros suportados e custos similares	0	0	0	0	0 %
Relativos a Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0 %
TOTAL RESULTADOS FINANCEIROS	0	0	0	0	0 %
EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)					
Ganhos de Exercícios anteriores	0	0	0	0	0 %
Perdas de Exercícios anteriores	0	0	0	0	0 %
TOTAL EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	0	0	0 %
Resultados antes de impostos	0	-908	-955	-47	+5 %
IMPOSTOS (E)					
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0	0	0	0 %
TOTAL IMPOSTOS	0	0	0	0	0 %
RESULTADO LÍQUIDO					
RESULTADO LÍQUIDO [A-(B+C+D+E)]	0	-908	-955	-47	+5 %

Custos

O orçamento para esta unidade prevê apenas custos operacionais relacionados com FSE`s, Gastos com o pessoal e amortizações.

No que respeita aos FSE`s, os trabalhos especializados assumem, praticamente o valor total, com 560K€ que se destinam à realização das análises de qualidade nos postos de combustível através da colheita de amostras que será levada a cabo por equipas especializadas em todo o território nacional. Os restantes FSE`s distribuem-se em deslocações e estadas (21,6K€), rendas do armazenamento do material objeto de colheita (7,2K€), vigilância e segurança (7,5K€) entre outros.

Relativamente à estimativa apurada, para o final de 2015, tem-se uma redução de 120K€, explicada pelo fato desta rubrica, em 2015, conter trabalhos especializados inerentes ao *Setup* do projeto RAID que permite o reporte diário de preços praticados nos combustíveis e vendas de cerca de 3000 operadores, bem como a operacionalização da desmaterialização de auditorias e colheitas de amostras executadas via *ipad* que comunica, por sua vez, dados para o RAID. Adicionalmente foi automatizado o cálculo dos preços de referência por produto.

No que toca aos gastos com o pessoal, prevê-se o valor de 328K€, correspondentes a 8 colaboradores diretos (276,7K€), mais 2 que o estimado para 2015, e que correspondem ao acréscimo de uma equipa de recolha de amostras. Em 2015, esta unidade já conta com duas equipas. Os serviços partilhados são responsáveis por mais 16,6K€. O valor restante refere-se, essencialmente, a formação e ajudas de custo.

Tendo em conta que, em 2015, este serviço foi iniciado, em Março, com duas equipas, a diferença de gastos de pessoal de 2015 para 2016 (+168K€), advém da constituição das 3 equipas a laborar, em pleno, deste Janeiro de 2016.

As amortizações também aumentam em 2016 (de 8K€ para 20K€) devido ao investimento numa nova viatura para a terceira equipa previsto logo em Janeiro bem como amortizações de investimento partilhado (designadamente o investimento com o balcão único).

Proveitos

A este nível, os proveitos inscritos, para o orçamento de 2016, são meramente residuais e referem-se a processos de contraordenação em curso que se consubstanciarão em multas (12K€).

Resultados

Os resultados negativos estimados para 2015 e os resultados orçamentados traduzem a ausência de proveitos constituindo em si a totalidade do todo custo apurado (respetivamente -908K€ e -955K€).

D.3 - Unidade de Biocombustíveis (UB):

Demonstrações de Resultados



Demonstração de Resultados

Período 2014
 Moeda
 Unidade



	Real 2014	Estimado 2015	Orçamento 2016	Desvio Total	Desvio %
RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS (A)					
Venda de Produtos	0	0	0	0	0 %
Prestação de Serviços	0	357	432	75	+20 %
Rendimentos Suplementares	0	0	0	0	0 %
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0	0	0 %
Subsídios de exploração	0	0	0	0	0 %
Variações de Inventários na produção	0	0	0	0	0 %
Acréscimo de Ganhos	0	0	0	0	0 %
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	0	357	432	75	+20 %
GASTOS OPERACIONAIS (B)					
CMVC	0	0	0	0	0 %
Subcontratos	0	0	0	0	0 %
Outros FSE	0	-38	-27	11	-28 %
Gastos com pessoal	0	-57	-76	-19	+31 %
Amortizações	0	-2	-4	-2	+110 %
Provisões do período	0	0	0	0	0 %
Perdas por Imparidades	0	0	0	0	0 %
Impostos indirectos	0	0	0	0	0 %
Dotação para Fundo Estatutário	0	0	0	0	0 %
Outros gastos e perdas	0	0	0	0	0 %
TOTAL DE GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	0	-97	-107	-10	+9 %
Resultados Operacionais	0	260	325	65	+25 %
RESULTADOS FINANCEIROS (C)					
Rendimentos de aplicações financeiras	0	0	0	0	0 %
Outros Juros e proveitos similares	0	0	0	0	0 %
Cobertura de risco de taxa de juro (ganhos)	0	0	0	0	0 %
Diferenças de câmbio favoráveis e outros ganhos financeiros	0	0	0	0	0 %
Cobertura de risco de taxa de juro (perdas)	0	0	0	0	0 %
Diferenças de câmbio desfavoráveis e outras perdas fin.	0	0	0	0	0 %
Juros suportados e custos similares	0	0	0	0	0 %
Relativos a Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0 %
TOTAL RESULTADOS FINANCEIROS	0	0	0	0	0 %
EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)					
Ganhos de Exercícios anteriores	0	0	0	0	0 %
Perdas de Exercícios anteriores	0	0	0	0	0 %
TOTAL EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	0	0	0 %
Resultados antes de impostos	0	260	325	65	+25 %
IMPOSTOS (E)					
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	-52	-65	-13	+25 %
TOTAL IMPOSTOS	0	-52	-65	-13	+25 %
RESULTADO LÍQUIDO					
RESULTADO LÍQUIDO [A-(B+C+D+E)]	0	208	260	52	+25 %

Custos

Esta unidade orçamenta os seguintes custos operacionais: FSE's no valor de 27K€ (+11K€ que estimado para 2015) maioritariamente constituídos por trabalhos especializados (17,3K€) respeitantes a análises de qualidade previstas realizar para os biocombustíveis, organização de eventos (5K€), deslocações e estadas (2,1K€), comunicação (1K€) e outros pequenos.

No que concerne aos gastos com o pessoal prevê-se, para 2016, um montante de 76K€ explicado por 1 colaborador diretamente afeto a esta unidade (45,7K€), acrescido de 24,9K€ de serviços partilhados, sendo o restante formação e ajudas de custo (5,4K€).

Este valor de gastos com o pessoal evidencia um acréscimo de 19K€ relativamente ao montante estimado para 2015, sendo esta diferença explicada principalmente pela proporção de serviços partilhados alocados à unidade.

As amortizações registadas para 2015 e orçamentadas para 2016 são mínimas e derivam dos investimentos partilhados.

Proveitos

Os proveitos calculados em sede de orçamento pressupõem uma emissão mensal média de 30 mil TDB's a um preço de 1,2€/TDB idêntico ao ano anterior.

A diferença de 75K€, para o ano anterior, decorre do início da prestação de serviços que se verificou apenas em Maio/2015, como foi anteriormente referido.

Resultados

Os resultados líquidos do exercício estimados e orçamentados são positivos, respetivamente, 208K€ e 260K€.

A diferença de 2015 para 2016 tem subjacente o acréscimo de proveitos (+75K€) e o acréscimo de custo proporcionalmente inferior (+10K€).

Demonstrações de Resultados
Demonstração de Resultados

 Período 2014
 Moeda
 Unidade


	Real 2014	Estimado 2015	Orçamento 2016	Desvio Total	Desvio %
RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS (A)					
Venda de Produtos	0	0	0	0	0 %
Prestação de Serviços	0	865	1.333	468	+54 %
Rendimentos Suplementares	0	0	0	0	0 %
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0	0	0 %
Subsídios de exploração	0	0	0	0	0 %
Variações de Inventários na produção	0	0	0	0	0 %
Acréscimo de Ganhos	0	0	0	0	0 %
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	0	865	1.333	468	+54 %
GASTOS OPERACIONAIS (B)					
CMVC	0	0	0	0	0 %
Subcontratos	0	0	0	0	0 %
Outros FSE	0	-167	-247	-80	+47 %
Gastos com pessoal	0	-193	-322	-129	+66 %
Amortizações	0	-1	-69	-68	+5589 %
Provisões do período	0	0	0	0	0 %
Perdas por imparidades	0	0	0	0	0 %
Impostos indirectos	0	0	0	0	0 %
Dotação para Fundo Estatutário	0	0	0	0	0 %
Outros gastos e perdas	0	0	0	0	0 %
TOTAL DE GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	0	-362	-638	-276	+76 %
Resultados Operacionais	0	503	695	192	+38 %
RESULTADOS FINANCEIROS (C)					
Rendimentos de aplicações financeiras	0	0	0	0	0 %
Outros Juros e proveitos similares	0	0	0	0	0 %
Cobertura de risco de taxa de juro (ganhos)	0	0	0	0	0 %
Diferenças de câmbio favoráveis e outros ganhos financeiros	0	0	0	0	0 %
Cobertura de risco de taxa de juro (perdas)	0	0	0	0	0 %
Diferenças de câmbio desfavoráveis e outras perdas fin.	0	0	0	0	0 %
Juros suportados e custos similares	0	0	0	0	0 %
Relativos a Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0 %
TOTAL RESULTADOS FINANCEIROS	0	0	0	0	0 %
EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)					
Ganhos de Exercícios anteriores	0	0	0	0	0 %
Perdas de Exercícios anteriores	0	0	0	0	0 %
TOTAL EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	0	0	0 %
Resultados antes de impostos	0	503	695	192	+38 %
IMPOSTOS (E)					
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	-101	-139	-38	+38 %
TOTAL IMPOSTOS	0	-101	-139	-38	+38 %
RESULTADO LÍQUIDO					
RESULTADO LÍQUIDO [A-(B+C+D+E)]	0	403	556	153	+38 %

No que respeita aos custos operacionais assinalam-se:

- FSE's: o valor orçamentado de 247K€ aumentou 80K€ relativamente ao estimado de 2015 e está repartido:
 - ✓ por trabalhos especializados no valor de 50K€ que inclui assistência a sistema de conversão e cópias, assistência do equipamento informático, conversão de bandas magnéticas e 9 canais para formato SEG Y em suporte digital, plastificação de posters, e outros;
 - ✓ honorários no valor de 105K€, prestadores de serviços a recibos verdes: consultor para área operacional de pesquisa e exploração de petróleo, consultor para área de informática e redes e consultor de comunicação;
 - ✓ Deslocações e estadas no valor de 40K€ constituído por 2 ações internacionais, 2 nacionais, 14 ações de formação especializada - deslocação de formadores à ENMC, 10 deslocações de supervisão a atividades de concessionárias;
 - ✓ Ações de promoção no valor de 23K€: em *stands* internacionais, em *stands* nacionais, centro de documentação;
 - ✓ Consumíveis informáticos no valor de 12K€, materiais duradouros no valor de 3K€, material de escritório no valor de 4K€.
- Gastos com o pessoal: o valor orçamentado de 322K€ por contrapartida do 193K€, estimados em 2015, tem uma diferença de 129K€ explicado pelo fato de estarem alocados à unidade 8 colaboradores que representam um custo anual de 239,9K€ a que se acresce 16,6K€ de serviços partilhados, mais 60K€ de formação - 14 cursos de formação especializada nomeadamente curso de *upgrade* dos sistemas *landmark*;
- Amortizações: o valor orçamentado de 69K€ (+68K€ que em 2015) reflete os investimentos diretamente afetos a esta unidade em ativos intangíveis, 120K€, e ativos tangíveis, 192K€ e alguma amortização de investimentos partilhados.

Proveitos

Os proveitos orçamentados ascendem a 1.333K€ (+468K€ que em 2015) e incluem: contratos de concessão e rendas de superfície, taxas de licenças de avaliação prévia, transmissão contratual e ainda o recebimento de contrapartidas com as transferências de tecnologia.

Resultados

O resultado antes de impostos orçamentado de 695K€ supera o RAI estimado para 2015 em 192K€ tendo em conta que a diferença dos proveitos (468K€) aumentou proporcionalmente relativamente ao acréscimo da diferença dos custos totais (apenas aumentaram 276K€).

D.5 - Institucional e Transversal:

Tal como referido para 2015, a ENMC, atendendo à diversidade de áreas funcionais e à lógica multifuncional de racionalização dos seus recursos humanos, tem, para além dos órgãos sociais (3 membros do Conselho de Administração - o membro não executivo não foi nomeado -, 3 membros do Conselho Fiscal e 1 ROC) um conjunto de 13 técnicos e administrativos de apoio transversal às quatro unidades acima referidas e que são partilhados pelas diversas áreas sendo, para tal, efetuada uma chave de repartição do seguinte modo: URP: 93%, UBC: 3%, UPEP: 2% e UPP: 2%. Esta repartição tem como base a estrutura de custos destas unidades face ao orçamento de 2015, a ajustar em início de 2016.

E - ORÇAMENTO PARA 2016 - ENMC, E.P.E. - Global

Pressupostos para Orçamento

Pressupostos Macro-Económicos

Pressuposto	2014	2015	2016
Inflação	0,900	0,700	1,300
Euribor 6 Meses	0,500	0,200	0,076
Spread (P. base)	7,500	7,500	7,500
Taxa de Câmbio \$USD/€	0,760	0,720	0,892
IVA Taxa Normal	23,000	23,000	23,000
IVA Taxa Reduzida	6,000	6,000	6,000
Taxa de Retenção na Fonte	28,000	25,000	25,000
Dotação para Fundo Estatutário (% custos)	10,000	10,000	10,000
Cotação dos Produtos			
brent (\$/MT)	776,720	714,670	393,810
Gasolina	1006,680	896,750	493,750
Gasóleo	946,560	834,500	472,750
Fuel	625,980	554,500	217,000
GPL	757,680	689,000	392,000

Pressupostos Micro-Económicos

Pressuposto	2014	2015	2016
Remuneração de Aplicações CEDIM	6,780	6,780	6,780
Remuneração de Aplicações CEDIC	0,100	0,100	0,100
Custo de Armazenagem (€/MT/mês)			
Gasolina	2,480	1,987	1,987
Gasóleo Normal	2,210	1,775	1,775
Gasóleo Polnato	0,950	0,960	0,230
Fuel	1,709	1,709	1,709
GPL	5,940	5,880	5,880
Crude Galp	2,400	1,767	1,767
Crude Galp (parcela "IVG")	0,460	0,540	0,540
Custo Tickets (€/MT/mês)			
Gasolina	1,200	1,200	1,000
Gasóleo	1,200	1,200	1,000
Fuel	1,200	1,200	1,000
GPL	1,200	1,200	1,000
Crude	1,200	1,200	1,000

Na sequência do exposto, discriminam-se, em seguida, os custos globais orçamentados para a ENMC, E.P.E. (onde estão agregados os custos de cada unidade: URP, UP, UB e UPEP):

Custos Orçamentados para 2016 (K€)						
		2014	2015	2016	Δ Valor	Δ %
CMVM		23 004				
Armazenagem		17 007	12 061	13 568	1 507	12
Tratamento gasoleo Polnato		0	0	1 500	1 500	100
Contratos para a manutenção à sua ordem de PP ou de PB (Tickets)		5 726	1 838	2 280	442	24
Total Subcontratos		22 733	13 899	17 348	3 449	25
Outros FSE		655	2 249	2 658	409	18
Pessoal		356	1 027	1 623	596	58
Amortizações		25	40	237	197	493
Perdas por imparidades		54 269	3 246	0	-3 246	
Dotação Fundo Estatutário		0	2 182	2 018	-164	100
Provisões		472	0	0		100
Outros gastos e perdas		0	4		-4	
Custos líq. exercícios anteriores		4 227	37		-37	-100
Custos operacionais		105 741	22 684	23 884	1 200	5
Custos financeiros líquidos		859	86	22	-64	-74
Custos Totais		106 600	22 770	23 906	1 136	5

Custos

Os custos totais da ENMC, explicitados neste mapa, foram detalhados, no capítulo anterior, em cada uma das unidades.

Neste sentido, resume-se:

- Subcontratos (incluído em FSE's): são custos exclusivos da URP e referem-se a custos com armazenagem das reservas detidas, a custos associado à aquisição de *tickets* e a custos associado ao tratamento do gasóleo do Polnato;
- Outros FSE's: O orçamento prevê um incremento de 409K€ devido aos incrementos produzidos na URP e UPEP, já que as outras duas unidades preveem reduções de Outros FSE's;

- **Gastos com o pessoal:** O orçamento contempla um aumento de 596K€ relativamente à estimativa para 2015 e tem globalmente a ver com o reforço de colaboradores em cada área. Integrado neste aumento encontram-se serviços partilhados, referentes técnicos e administrativos que prestam serviço transversal, para além dos órgãos sociais e que são 13 recursos humanos, alocados financeiramente a cada uma das unidades;
- **Amortizações:** O orçamento evidencia uma subida substancial das amortizações a que não é alheia o plano de investimentos por unidade previsto para o final de 2015 e para o ano de 2016;
- **Perdas por imparidades:** são custos exclusivamente associados à URP respeitante a imparidades calculadas sobre o inventário (reservas físicas) - optou-se por não reforçar ou reverter em sede de orçamento dado a volatilidade do Brent e da cotação dos produtos petrolíferos;
- **Dotação para o fundo estatutário:** mantém-se o racional anterior - corresponde a 10% dos custos totais líquidos (Total custos deduzidos dos proveitos financeiros multiplicado por 10%);
- **Custos financeiros líquidos:** estes custos também são exclusivos da URP e contemplam os custos financeiros com o empréstimo obrigacionista e as aplicações dos excedentes de tesouraria previstos para a URP (CEDIM e CEDIC's).

Os restantes custos estimados em 2015: Outros gastos e custos líquidos de exercícios anteriores são residuais e não se orçamentam para o ano de 2016.

Proveitos

Os proveitos da ENMC (23.998K€) são globalmente constituídos pelos proveitos obtidos por cada unidade, ou seja:

- URP: proveitos orçamentados em 22.221K€;
- UPEP: proveitos orçamentados em 1.333K€;
- UP: proveitos orçamentados em 12K€;
- UB: proveitos orçamentados em 432K€.

1. Demonstração de Resultados - ENMC, E.P.E.

Demonstração de Resultados

Período 2014
 Moeda
 Unidade



	Real 2014	Estimado 2015	Orçamento 2016	Desvio Total	Desvio %
RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS (A)					
Venda de Produtos	50.274	0	0	0	0 %
Prestação de Serviços	29.473	25.260	23.998	-1.262	-4 %
Rendimentos Suplementares	0	0	0	0	0 %
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0	0	0 %
Subsídios de exploração	0	0	0	0	0 %
Variações de Inventários na produção	0	0	0	0	0 %
Acréscimo de Ganhos	0	0	0	0	0 %
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	79.747	25.260	23.998	-1.262	-4 %
GASTOS OPERACIONAIS (B)					
CMVC	-23.004	0	0	0	0 %
Subcontratos	-22.733	-13.899	-17.348	-3.449	+24 %
Outros FSE	-655	-2.249	-2.658	-409	+18 %
Gastos com pessoal	-356	-1.027	-1.623	-596	+58 %
Amortizações	-25	-40	-237	-197	+500 %
Provisões do período	-472	0	0	0	0 %
Perdas por Imparidades	-54.269	-3.246	0	3.246	0 %
Impostos indirectos	0	0	0	0	0 %
Dotação para Fundo Estatutário	0	-2.182	-2.018	164	-7 %
Outros gastos e perdas	0	-4	0	0	0 %
TOTAL DE GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	-101.514	-22.646	-23.883	-1.237	+5 %
Resultados Operacionais	-21.766	2.614	115	-2.499	-95 %
RESULTADOS FINANCEIROS (C)					
Rendimentos de aplicações financeiras	730	694	727	33	+4 %
Outros Juros e proveitos similares	0	0	0	0	0 %
Cobertura de risco de taxa de juro (ganhos)	0	0	0	0	0 %
Diferenças de câmbio favoráveis e outros ganhos financeiros	0	0	0	0	0 %
Cobertura de risco de taxa de juro (perdas)	0	0	0	0	0 %
Diferenças de câmbio desfavoráveis e outras perdas fin.	0	0	0	0	0 %
Juros suportados e custos similares	-1.589	-780	-749	31	-4 %
Relativos a Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0 %
TOTAL RESULTADOS FINANCEIROS	-859	-86	-22	64	-75 %
EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)					
Ganhos de Exercícios anteriores	26	8	0	-8	0 %
Perdas de Exercícios anteriores	-4.254	-45	0	45	0 %
TOTAL EXERCÍCIOS ANTERIORES	-4.227	-37	0	37	0 %
Resultados antes de impostos	-26.853	2.490	93	-2.397	-96 %
IMPOSTOS (E)					
Imposto sobre o rendimento do exercício	-16	-769	-19	750	-97 %
TOTAL IMPOSTOS	-16	-769	-19	750	-97 %
RESULTADO LÍQUIDO					
RESULTADO LÍQUIDO [A-(B+C+D+E)]	-26.869	1.721	75	-1.646	-95 %

A Demonstração de Resultados da ENMC é uma súmula das contas de exploração das unidades, ou seja da agregação dos proveitos de cada unidade e dos custos de cada unidade.

Em termos gerais, o orçamento é mais reduzido relativamente à estimativa de 2015, muito por força da redução de custos/proveitos da URP (orçamenta resultado tendencialmente nulo), a unidade mais representativa.

Tal está perfeitamente explícito na redução global de proveitos (-1.262K€) relativamente a 2015 e na redução global de custos (-1.237K€), não obstante o crescimento do orçamentos de cada uma das restante unidades a que não é alheio o reforço de competências e a necessidade de contratação de novos serviços por forma a dotar estas unidades de competências que lhes permitam cumprir os desígnios para que foram criadas.

O resultado antes de impostos agrega os resultados de cada unidade.

O resultado líquido final, após impostos, apresenta-se positivo.

Nota final: Aos resultados antes de impostos da ENMC global e de todas as unidades foi aplicado uma taxa de IRC única de 20%.

Período / 2014

Moeda



	Real 2014	Estimado 2015	Orçamento 2016	Desvio Total	Desvio %
ACTIVOS					
Activo não corrente					
Activos Fixos Tangíveis	199	350	561	211	+60 %
Activos Intangíveis	4	105	427	322	+307 %
Investimentos Financeiros detidos até a maturidade	10.473	10.100	10.100	0	0 %
Investimentos em Curso	25	25	25	0	0 %
Investimentos Financeiros	0	1	1	0	0 %
Amortizações Acumuladas	-113	-157	-394	-237	+151 %
Total do Activo não corrente	10.588	10.423	10.719	296	+2 %
Activo Corrente					
GPL	2.175	2.175	2.175	0	0 %
Gasolina	24.143	24.143	24.143	0	0 %
Gasóleo	169.007	169.007	169.007	0	0 %
Fuel Óleo	21.091	21.091	21.091	0	0 %
Crude	158.944	158.944	158.944	0	0 %
Perdas por Imparidade Acumuladas	-54.269	-57.515	-57.515	0	0 %
Reclassificação e regularização Inventário	0	0	0	0	0 %
Inventário	321.091	317.845	317.845	0	0 %
Clientes	1.268	454	452	-2	0 %
Estado e outros entes públicos	7.610	243	2.260	2.017	+831 %
Outras Contas a Receber	27	36	54	18	+47 %
Subtotal	8.905	733	2.766	2.033	+277 %
Activos Financeiros detidos para negociação	2.900	18.000	18.000	0	0 %
Juros a Receber	0	380	360	-20	-5 %
Caixa e Depósitos Bancários	2.669	2.402	2.638	236	+9 %
Subtotal	5.569	20.782	20.998	216	+1 %
Acréscimo de Rendimentos	4.643	2.043	1.957	-86	-4 %
Gastos Diferidos	70	94	201	107	+114 %
Subtotal	4.713	2.137	2.158	21	+1 %
Total do Activo Corrente	340.279	341.497	343.766	2.269	0 %
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	350.867	351.920	354.486	2.566	0 %
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio					
Capital estatutário	250	250	250	0	0 %
Reservas Livres	0	0	0	0	0 %
Reservas estatutárias - Fundo c) art.5º	13.794	15.976	17.872	1.896	+11
Resultados Transitados	-3.517	-30.386	-28.666	1.720	-5 %
Capital + Reservas	10.527	-14.161	-10.544	3.617	-25 %
Resultado líquido	-26.869	1.721	75	-1.646	-95 %
Total do Capital Próprio	-16.342	-12.440	-10.469	1.971	-15 %
Passivo não corrente					
Provisões para Impostos	472	0	0	0	0 %
Financiamentos Obtidos	360.013	359.630	359.568	-62	0 %
Estado e outros entes públicos	3.162	0	0	0	0 %
Total do Passivo não corrente	363.647	359.630	359.568	-62	0 %
Passivo Corrente					
Fornecedores C/C	978	0	0	0	0 %
Fornecedores de Imobilizado C/C	0	0	0	0	0 %
Estado e outros entes públicos	0	2.970	3.464	494	+16 %
Outras Contas a Pagar	205	308	252	-56	-17 %
Total Passivo corrente	1.182	3.277	3.716	439	+13 %
Acréscimo de gastos	2.380	1.452	1.671	219	+15 %
Proveitos Diferidos	0	0	0	0	0 %
Total do passivo corrente	3.562	4.729	5.387	658	+14 %
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	350.867	351.920	354.486	2.566	0 %

Em termos patrimoniais, pode-se destacar, os principais saldos, no:

- Ativo:
 - ✓ Aumento dos ativos tangíveis e intangíveis fruto do investimento iniciado em 2015 e orçamentado para 2016. As amortizações acumuladas também são incrementadas por este motivo;
 - ✓ Ajustamento do inventário (reservas) por perdas de imparidades calculadas em Setembro/2015 as quais foram mantidas para final de 2015 e durante o ano de 2016, que se justifica pela elevada volatilidade da cotação do crude e produtos petrolíferos;
 - ✓ O saldo Estado apresenta um saldo regular em 2015 mas foi ajustado em sede de orçamento de 2016 com a previsão do pagamento por conta (PC-1.878K€), pagamento especial por conta (PEC-51K€) e pagamento adicional por conta (PAC-79K€);
 - ✓ O saldo de tesouraria mostra aplicações de 18.000K€ em ambos os anos e depósitos à ordem de 2.402K€ em 2015 e 2.638K€ em 2016. Em 2016, não se prevê reforço de aplicações (teoricamente seria a dotação para o fundo estatutário que permanece em Bancos) pela necessidade de pagamento do PC, PEC e PAC;
 - ✓ Acréscimo de rendimentos representa o montante especializado do proveito mensal (faturas emitidas no mês seguinte);

- Capital Próprio e Passivo:
 - ✓ A situação líquida é negativa, tanto em 2015 como em 2016, decorre sobretudo da manutenção da perda por imparidades em inventário em função da baixa da cotação do Brent e produtos de petróleo - via resultado líquido, relembra-se que, caso aumentem estas cotações, procede-se à reversão parcial ou total da imparidade, o que gerará um proveito operacional representativo, com reflexo no resultado final a obter na conta de exploração;
 - ✓ O empréstimo obrigacionista apresenta um saldo regular no final do ano de 2015 e 2016;
 - ✓ Os saldos da rubrica Estado em 2015 e 2016 que reflete o IVA (de clientes) mais IRC estimado para o final do ano, segurança social, CGA e planos prestacionais em dívida respeitante ao pagamento de IRC em curso.
 - ✓ O saldo da rubrica de acréscimo de gastos contempla a especialização dos gastos com armazenagem das reservas mais *tickets* de um mês, especialização de férias e subsídio de férias e encargos;

3. Fluxos de Tesouraria - ENMC, E.P.E.

O mapa de fluxos de tesouraria da ENMC



Demonstração de Fluxos de Caixa

Mês:

Ano:

Moeda:



RUBRICAS	Real 2014	Estimado 2015	Orçamento 2016	Desvio Total	Desvio %
- Fluxos de caixa de actividades operacionais					
Recebimento de Clientes	42.720	34.206	29.518	-4.688	-13%
Pagamentos a Fornecedores	-27.247	-20.921	-20.617	-304	-1%
Pagamentos a Pessoal	-152	-1.300	-1.807	-507	-28%
Caixa gerado pelas operações	15.322	11.985	7.093	-4.892	-40%
Pag./Rec. dos imposto s/Rend.	-18.825	5.659	-3.526	-9.185	0%
Outros Rec./Pag. Activ. Oper.	-8.114	-2.306	-2.639	-333	14%
Flúxos das actividades operacionais (1)	-11.618	15.338	929	929	-93%
- Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Imobilizações Corpóreas	-30	-222	-211	11	-4%
Imobilizações Incorpóreas	-36	-101	-322	-221	220%
Investimentos Financeiros	0	0	0	0	0%
Recebimentos provenientes de:					
Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0	0%
Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0%
Investimentos Financeiros	0	0	0	0	0%
Subsídios de Investimento	0	0	0	0	0%
Juros e Proveitos Similares	549	520	527	7	1%
Dividendos	0	0	0	0	0%
Fluxo das actividades de investimento (2)	484	198	-6	-204	0%
- Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos Obtidos	0	0	0	0	0%
Aumentos de Cap., Prest. Sup.	0	0	0	0	0%
Cobertura de Prejuízos	0	0	0	0	0%
Subsídios e Doações	0	0	0	0	0%
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos Obtidos	0	0	0	0	0%
Juros e Custos Similares	-1.602	-703	-687	16	-2%
Dividendos	0	0	0	0	0%
Reduções de Cap., Prest. Sup.	0	0	0	0	0%
Fluxo de actividades de financiamento (3)	-1.602	-703	-687	16	-2%

Totais			
	Real 2014	Estimado 2015	Orçamento 2016
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	-12.736	14.833	236
Efeito do custo amortizado em caixa equivalentes no periodo	-2	0	0
Efeito do custo amortizado em caixa equivalentes no periodo anterior	0	0	0
Efeitos das diferenças de câmbio	0	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do periodo	18.307	5.569	20.402
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	5.569	20.402	20.638

A demonstração de fluxos de tesouraria é explicada da seguinte forma:

- Para a estimativa de 2015 e para além do fluxo positivo gerado pela atividade operacional, verifica-se um fluxo positivo (recebimento) de imposto sobre o rendimento que decorre essencialmente da devolução dos pagamentos por conta efetuados no exercício anterior

(2014), não obstante o pagamento mensal associado aos planos prestacionais de IRC de anos anteriores. Os fluxos da atividade de investimento contemplam as compras com ativos tangíveis e intangíveis previstos no plano de investimentos. Por outro lado, tem-se o pagamento de juros do empréstimo obrigacionista e o recebimento dos juros de aplicações, nomeadamente do CEDIM; O ano termina com um saldo final acumulado de 20.402K€.

- No orçamento de 2016, assinala-se um fluxo de atividade operacional positivo, embora ligeiro, que se deve ao amortecimento que advém do pagamento dos planos prestacionais. O plano de investimento, previsto para 2016, contribui para aumentar o fluxo de saída, por outro lado registam-se recebimentos que derivam da entrada de juros de aplicações. Em termos de fluxos de financiamento, observam-se os fluxos de saída respeitante aos juros do empréstimo obrigacionista que ocorrem em dois momentos do ano (06/02 e 06/08). O ano termina com saldo final acumulado de 20.638K€.

4. Plano de Investimentos - ENMC, E.P.E.

O plano de investimentos plurianual da ENMC tem subjacente o reforço de competências, decorrentes da reestruturação da ENMC e que lhe foram cometidas através do Decreto-Lei nº 165/2013, transferidas da DGEG e do LNEG após a publicação das portarias respetivas, e do Despacho nº 18/2015 do Sr. SEE com produção de efeitos a 17 de abril. Assim como as competências que decorrem da Lei nº 6/2015, de 16 de janeiro e do Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro.

Os investimentos continuarão todos a ser realizados com o recurso de meios próprios e apenas se orçamentam, para o ano de 2016, os seguintes:

Plano de Investimentos

Investimentos (k€)	2014	2015	2016	2017	2018
Activos Tangíveis					
Hardware ATM Part. UB	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0
Hardware ATM Part. UPEP	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0
Hardware ATM Part. UPP	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0
Hardware ATM Part. URP	0,0	52,2	0,0	0,0	0,0
Viatura (UPP)	0,0	19,4	0,0	0,0	0,0
Viatura (UPP)	0,0	19,4	0,0	0,0	0,0
Centro de Conhecimento do Petróleo (UPEP)	0,0	0,0	150,0	0,0	0,0
Hardware (UPEP)	0,0	0,0	17,0	0,0	0,0
Mobiliário de Escritório (UPEP)	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0
Viatura (UPP)	0,0	0,0	19,4	0,0	0,0
Outros Activos Tangíveis	28,0	0,0	19,4	130,0	160,0
TOTAL	28,0	94,9	211,4	130,0	160,0
Activos Intangíveis					
Plataforma software (UPP)	0,0	7,5	0,0	0,0	0,0
Projeto Atena (URP)	0,0	75,0	0,0	0,0	0,0
Software TCSI Part. UB	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0
Software TCSI Part. UPEP	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0
Software TCSI Part. UPP	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0
Software TCSI Part. URP	0,0	23,7	0,0	0,0	0,0
Website ENMC Part. UB	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
Website ENMC Part. UPEP	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Website ENMC Part. UPP	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Website ENMC Part. URP	0,0	94,4	0,0	0,0	0,0
Balcão Único ENMC Part. UB	0,0	0,0	6,1	0,0	0,0
Balcão Único ENMC Part. UPEP	0,0	0,0	4,0	0,0	0,0
Balcão Único ENMC Part. UPP	0,0	0,0	4,0	0,0	0,0
Balcão Único ENMC Part. URP	0,0	0,0	187,9	0,0	0,0
Software (UPEP)	0,0	0,0	120,0	0,0	0,0
Outros Activos Intangíveis	0,0	0,0	120,0	20,0	40,0
TOTAL	0,0	209,4	322,0	20,0	40,0

5. Plano de Financiamento - ENMC, E.P.E.

Tal como no orçamento do ano anterior, não se prevê o aumento do endividamento da empresa nos próximos exercícios.

O empréstimo obrigacionista não contempla amortizações periódicas e terá que ser integralmente liquidado no final do contrato - *bullet* (2028):

Plano de Financiamento

Financiamento (k€)	2014	2015	2016	2017	2018
CAPITAL EM DÍVIDA (inicial)	360.000	360.000	360.000	360.000	360.000

6. Plano de Redução de Custos - ENMC, E.P.E.

Considerando a política de investimentos que está a ser desenvolvida designadamente na recuperação das instalações do Polnato, o tratamento do gasóleo e a aquisição de *tickets* para acomodar as reservas globais a ceder a operadores em regime de concorrência, os custos com os subcontratos aumentam, conforme se pode assinalar entre a estimativa de final de 2015 e o orçamento produzido para 2016.

Por outro lado, tanto os gastos orçamentados com os Outros FSE's como os gastos com pessoal e amortizações, também, registarão um aumento e decorrem da necessidade de operacionalizar e dotar as diferentes áreas de recursos materiais, técnicos e humanos que permitam levar a cabo as suas missões.

Indicadores

Designação	Unidade: K€				
	Proposta	Projeção da execução	Execução	Valor (%)	
	2016	2015	2014	2016/2015	2016/2014
EBITDA	-122	2 574	25 969	-0,05	-0,005
Conservação e Reparação	18	19	2	0,95	11,250
Prazo Médio Pagamentos (Fornec/CMVMCX365)	0	0	15		

A evolução do EBITDA² não pode ser comparável ao longo dos anos devido às operações realizadas com venda de *stocks*, designadamente em 2014. Estas operações de recomposição do inventário são pontuais.

² Para avaliação do desempenho da ENMC não faz sentido utilizar este indicador, considerando que a ENMC orçamenta resultados tendencialmente nulos, ou seja, a ENMC, via URP, só pode estimar proveitos que cubram *quantum satis* os seus custos de manutenção da atividade já que estes são suportados, integralmente, pelos operadores petrolíferos não existindo desta forma qualquer transferência oriunda do Orçamento de Estado.

Os valores registados em Conservação e Reparação têm sido reduzidos até 2014, embora se preveja um acréscimo para 2015 e 2016, devido às novas exigências, a este nível, atribuíveis às novas unidades.

O PMP tem registado uma evolução estável e prevê-se não existirem dívidas a fornecedores no final de 2015 e 2016.

Operacionais

PAO 2016													(euros)	
Designação	Proposta	Projeto da Execução	Execução					Var. 2016/2010		Var. 2016/2015		Var. 2016/2014		
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
CMVMC (a)	0	0	23 003 723	69 987 322	0	0	0	0	0	0	0	-23 003 723		
FSE (b)	20 005 771	16 148 458	23 387 473	21 210 644	22 000 435	20 328 697	20 011 969	-6 198	0%	3 857 313	24%	-3 381 702	-14%	
Deslocações / estadas	87 426	43 944	22 665	4 784	3 457	2 983	5 488	81 938	1493%	43 482	99%	64 761	286%	
Ajudas de custo	60 000	41 782	2 153	888	858	417	0	60 000		18 218	44%	57 847		
Despesas com comunicações	25 558	25 022	7 547	7 239	8 245	6 869	7 090	18 468	261%	536	2%	18 011	239%	
Gastos com pessoais / indemnizações (c)	1 622 756	1 011 743	356 235	335 305	222 041	237 646	281 279	1 341 478	477%	611 014	60%	1 266 521	356%	
(1) GO TOTAL (a+b+c)	21 628 527	17 160 201	46 747 431	91 533 271	22 222 477	20 566 343	20 293 248	1 335 279	7%	4 468 326	26%	-25 118 904	-54%	
(2) VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)*	23 998 253	25 259 753	79 747 034	219 427 332	37 921 855	31 089 215	32 020 194	-8 021 941	-25%	-1 261 500	-5%	-55 748 781	-70%	
Indemnizações compensatórias (IC)	0	15 069	0	51 513	0	11 200	0	0		-15 069	-100%	0	-100%	
Peso dos Gastos /VN (1)/(2)	90%	68%	59%	42%	59%	66%	63%							

(* O Volume de Negócios é expurgado dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias)

Não se prevê qualquer valor de CMVC na medida em que não estão previstas operações de venda de inventário.

O acréscimo com FSE decorrem da operacionalização das novas competências transferidas da DGEG e do LNEG, para a ENMC, bem como os decorrentes da atribuição de competências no âmbito da Lei nº 6/2015, de 16 de janeiro, e da operacionalização do Decreto-Lei nº 244/2015, publicado em 19 de outubro, e que entra em vigor em 18 de janeiro de 2016, onde, tendo como objetivo a centralização da fiscalização, instrução e decisão de processos numa única entidade pública, são atribuídas, à ENMC, vastas competências, das quais se referem a título de exemplo:

- ✓ supervisão do Sistema Petrolífero Nacional;
- ✓ monitorização da qualidade dos serviços ao consumidor, prestados pelos postos de abastecimentos;
- ✓ criação e gestão de um cadastro centralizado de todos os operadores do SPN;
- ✓ certificação dos operadores económicos que atuam no SPN;
- ✓ funções de mediação no âmbito da comercialização de GPL canalizado;
- ✓ balcão único e sítio da internet ENMC;
- ✓ investimento em tecnologias de informação;
- ✓ nova arquitetura tecnológica (servidores e VPN's).

Todas estas competências implicam, obrigatoriamente, o aumento do número de recursos humanos, dos correspondentes custos com o pessoal e respetivo acréscimo de custos com os restantes FSE decorrentes dessa circunstância, bem como acréscimo dos custos com comunicações, deslocações e frota automóvel, atendendo à tipologia das competências atribuídas que implicam deslocações

sistemáticas ao através do país, quer para a supervisão do SPN, quer para a certificação dos operadores, quer para a monitorização da qualidade dos serviços ao consumidor, quer da qualidade dos combustíveis.

Em seguida, apresenta-se a discriminação de custos operacionais e a sua fundamentação, com base no quadro que se apresentou à UTAM, no âmbito dos esclarecimentos ao PAO 2015, e que facilita a sua compreensão, com a adaptação decorrente dos mapas de pessoal apresentados à tutela, no âmbito da elaboração do orçamento para 2017, e que tinham subjacente a estimativa de RH para 2016.

Discriminação dos Gastos Operacionais 2010-2016 (K€)											
Designação	Proposta	Projeto da Execução	Execução					Var. 2016/2010		Var. 2016/2015	
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Valor	%	Valor	%
ENVMC	0	0	23 004	69 987	0	0	0	0		0	
Fornecimento e Serviços Externos	20 006	16 148	23 387	21 211	22 000	20 329	20 012	-6	0%	3 858	24%
Subcontratos	17 348	13 899	22 719	22 291	21 466	19 802	19 560	-2 212	-11%	3 449	25%
Outros FSE (a)	2 658	2 249	675	455	534	527	452	2 206	488%	409	18%
Gastos com pessoal (b)	1 623	1 027	321	335	222	238	281	1 342	477%	596	58%
Amortizações	237	40	30	5	6	16	22	215	956%	197	493%
Provisões	0	0	3 219	0	0	0	0	0		0	
Impostos indiretos								0		0	
Dotação p/ fundo estatutário (outros gastos e perdas)	2 018	2 182	0	1 498	0	2 664	2 802	-784	-28%	-164	
Total de Gastos Operacionais	23 884	19 397	49 961	93 036	22 229	23 246	23 118	766	3%	4 487	
								0		0	
a) Discriminação alguns FSE:	173	111	32	13	13	10	13	160	1275%	62	56%
Deslocação e estadas	87	44	23	5	3	3	5	82	1485%	43	98%
Ajudas de custo	60	42	2	1	1	0	0	60		18	43%
Comunicações	26	25	8	7	8	7	7	19	267%	1	4%
b) Discriminação n° RH:											
Total de RH:	34	31	13	8	8	8	8	26	325%	3	10%
- Órgãos Sociais (CA+ CF)	5	5	5	5	5	5	5	0	0%	0	0%
- Efetivos s/OS	29	26	8	3	3	3	3	26	867%	3	12%

1. Nesta rubrica, até 2012, incluíam-se custos com armazenagem. A partir de 2013, também se incluem custos com contratos para a manutenção à ordem da ENMC de produto

1- Subcontratos - Nesta rubrica, até 2012, incluíam-se custos com armazenagem. A partir de 2013, também se incluem custos com contratos para a manutenção à ordem da ENMC de produtos de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros (*tickets*). O decréscimo desta rubrica de 2010-2016 decorre sobretudo da redução do custo unitário de armazenagem junto da Petrogal e Polnato. A aquisição de *tickets* em substituição de armazenagem de produtos (maioritariamente, deve-se à venda de crude, em 2013) também contribuiu para este decréscimo.

2 - Outros FSE - O aumento desta rubrica, tem subjacente a inclusão da operacionalização efetiva das novas competências, quer as recentemente criadas, quer as transferidas da DGEG/LNEG, bem como algumas que estavam cometidas às DRE's: refira-se, como exemplo, a área das auditorias à qualidade dos combustíveis em que têm que ser contratados trabalhos especializados a laboratórios para análise das amostras de combustíveis recolhidas pela ENMC; bem como a realização de programas ligados à internacionalização, entre outros; ampliação das instalações; criação do Centro para o Conhecimento do Petróleo; honorários relativos a diversos trabalhos especializados quer de âmbito transversal às diversas unidades orgânicas, quer direcionado às áreas funcionais; etc.

No âmbito da contratação de trabalhos especializados, discriminam-se alguns destes custos:	K €
Auditoria à qualidade dos combustíveis - Laboratórios	560
Manutenção das infraestruturas do Polnato (em Subcontratos)	1600
Apoio ao licenciamento oleoduto BA6-Portela	200
Esvaziamento oleodutos Polnato para depósitos	150
Análise pigagem oleoduto Polnato BA6	600
Biocombustíveis - Análises de qualidade	17
Seguro multiriscos, responsabilidade civil e ambiental do gasóleo do Polnato e de Diretores & Office	100
Formação técnica e contínua no âmbito das novas áreas de competências	104
Sub -Total	3331
Honorários relativos a trabalhos especializados (apoio jurídico-transversal; apoio técnico às áreas da UPEP e da UB)	34
TOTAL	3365

3. Recursos Humanos - Gastos com Pessoal - O acréscimo de Recursos Humanos e o correspondente aumento dos gastos com pessoal tem subjacente o facto de que, para assegurar as competências que decorrem da completa operacionalização do Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro, da publicação da Lei nº 6/2015, de 16 de janeiro, bem como do recentemente publicado, em 19 de outubro, Decreto-lei nº 244/2015, relativo ao Sistema Petrolífero Nacional e que atribui à ENMC vastas competências, a ENMC, E.P.E. necessita de se dotar de um corpo técnico que possa dar resposta a estas competências, assim:

3.1 No que concerne aos Órgãos Sociais o número de membros mantém-se no Conselho Fiscal (3) e no âmbito do Conselho de Administração (2+1). Ainda, relativamente aos Órgãos Sociais, prevê-se, também, a atualização do estatuto remuneratório conforme despacho conjunto de 3 de novembro de 2014, dos Srs. SEE e SET, contudo dependendo a sua aplicação da regulamentação em vigor, designadamente a LOE 2016. Foi recentemente, nomeado o novo ROC, através do Despacho, de 7 de julho de 2016, do Sr. SEATF, atendendo à impossibilidade de exercício das funções nos termos do nº 2 do artº 54º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas³.

3.2. Relativamente ao aumento (870%) de recursos humanos na área técnica/ operacional no período 2010/2015 e correspondente acréscimo de gastos com pessoal de cerca de 480%, o mesmo tem subjacente a necessidade de dotar a ENMC de uma equipa técnica que possa responder às novas competências que lhe foram cometidas. Relativamente a 2015, será um acréscimo de cerca de 12% no número de RH⁴ e que, tal como referido anteriormente, tem subjacente a necessidade de iniciar a operacionalização do Decreto-Lei nº 224/2015 que entra em vigor no 1º trimestre de 2016.

O recrutamento dos RH tem sido efetuado, fundamentalmente, através do aproveitamento do conhecimento e dos recursos humanos, já existentes na Administração Pública, quer das entidades que transferem as competências (ex-DRE's, LNEG e DGEG), quer de outras entidades, desonerando o erário público e, pontualmente, contratação ao exterior de técnicos quando as valências específicas necessárias (área dos petróleos e seus derivados, incluindo GPL e biocombustíveis) não existam na AP.

³ O que se verificava desde 9 de julho de 2015.

⁴ O acréscimo de custos com pessoal correspondente a este acréscimo de RH é de 58% relativamente a 2015, não sendo proporcional à % de aumento de RH (12%), pois as contratações de RH efetuadas ao longo do ano de 2015 não correspondem a 1 ano de remunerações, enquanto que os custos previstos para 2016 já enquadram a totalidade do ano para esses RH.

Neste âmbito, além da autorização da contratação de 4 técnicos fora da AP, cf Despacho nº 1565/2014, de 25 de agosto, da Srª SET, foram autorizadas, também, as contratações fora da AP de 3 geólogos e de 6 técnicos, respetivamente, Despachos do Sr. SEE, de 10 de agosto, 9 e 10 de setembro e 20 de novembro de 2015, que se juntam nos Anexos.

Destes, foram contratados 6 técnicos e 3 geólogos: 1 técnico, ainda, em 2014 - 4º T, 5 técnicos e 3 geólogos, durante o ano de 2015.

Dentro da AP, em 2015, foram contratados 12 técnicos.

Assim, o quadro de pessoal da ENMC, em 2015, regista 31 recursos humanos: para além dos cinco membros dos Órgãos Sociais, são 26 trabalhadores.

Para 2016, será necessário proceder à conclusão da reestruturação da ENMC, na sequência da publicação do Decreto-lei nº 244/2015 - legislação enquadradora do SPN - e, nesse âmbito, enquadra-se a contratação através de ACIP de 1 técnico da AP, bem como a contratação excecional de 3 técnicos fora da AP, autorizados pelos Despachos do Sr. SEE, de 9 e 10 de setembro e 20 de novembro de 2015.

4. Deslocações e Estadas - O aumento com as deslocações/estadas e ajudas de custo de 2010/2016 têm subjacente que, em 2010, a atividade da, então, EGREP era localizada e praticamente circunscrita territorialmente, não implicando deslocações técnicas e correspondentes custos. Em 2016, as necessidades decorrentes das novas competências da ENMC: quer na execução de programas de controlo de qualidade (al. xii) da al. a) do artº 19º-B dos Estatutos da ENMC), em que se prevê a recolha de amostras de combustíveis para posterior envio para análise (perspetiva-se a cobertura de cerca de 30 % dos postos/ano - universo de mais de 3.300 postos de combustível), quer nas competências decorrentes da Lei nº 6/2015, entidade supervisora do setor dos combustíveis - entre outras competências, a ENMC, terá que efetuar a fiscalização dos mais de 3.300 postos de combustível distribuídos por Portugal Continental - (perspectiva-se a cobertura total do universo dos postos de combustível de 2/2 anos, pelo que se efetuarão cerca de 1500 fiscalizações/ano).

O desenvolvimento destas competências de recolha e de fiscalização, decorrem, como já foi referido, da legislação, sendo que, no âmbito de uma análise custo-benefício, é altamente positiva a sua operacionalização *in house*, declinando-se a opção de externalização destes serviços, a partir da realização anual da fiscalização de 650 postos e da recolha de amostras em 174 postos. Em 2016, estão previstas, aproximadamente, mais de 1000 fiscalizações e recolha de amostras em mais de 750 postos.

Em complemento do referido e no âmbito do Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro, a ENMC passa a intervir no SPN como entidade certificadora e, em simultâneo, entidade fiscalizadora, sendo necessário proceder à fiscalização desses mesmos operadores em todo o território nacional. Por outro lado, e dando, ainda, cobertura ao que vem dito quanto à fiscalização do SPN, passa a ser incumbência da ENMC a verificação dos normativos legais que regulamentam a venda de GPL engarrafado, implicando, necessariamente, deslocações em todo o território nacional, por forma a garantir o cumprimento da Lei de Bases no que em matéria de fiscalização diz respeito.

Acresce, também, a necessidade da ENMC participar em *fora* internacionais, quer no âmbito das competências ECA, quer no âmbito das novas competências, quando se tratem de matérias relativas ao petróleo bruto e produtos de petróleo, incluindo as respeitantes à obrigatoriedade de constituição e monitorização de reservas de segurança e, ainda, em matérias relativas à prospeção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo e biocombustíveis.

Neste âmbito, a ENMC, perspetiva a participação em comités e grupos de trabalho da (UE) criados no âmbito das diretivas, bem como ao nível da AIE, em matérias relativas ao petróleo bruto e produtos de petróleo, incluindo as respeitantes à obrigatoriedade de constituição e monitorização de reservas de segurança e em matérias relativas à prospeção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo e biocombustíveis, dos quais se refere, designadamente:

- a) O *European Union Offshore Oil and Gas Authorities Group* (EUOAG);
- b) O *Standing Group on Emergency Questions* (SEQ);
- c) O *Standing Group on the Oil Market* (SOM);
- d) O *Committee on Energy Research and Technology* (CERT);
- e) O *Working Party on Fossil Fuels* (WPF) e,
- f) O *Working Party on Renewable Energy Technologies* (REWP).

Ainda no âmbito internacional e tendo subjacente a Declaração de Cascais, celebrada em 23 de junho de 2015, e na sequência da I Reunião de Ministros da Energia da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a ENMC, E.P.E. tem desenvolvido diversos contactos e colaboração institucional com as suas congéneres dos Países de Língua Oficial Portuguesa que durante o ano de 2016 terão uma forte expressão.

5. Comunicações - O aumento desta rubrica decorre, também, do aumento exponencial da atividade, designadamente ao nível das novas competências e do correspondente aumento dos RH, sendo que a área das comunicações assume especial relevância, quer pelo acréscimo de utilizadores, quer pela necessidade de permanente contacto entre as equipas coordenadoras e as equipas de auditoria/verificação/certificação e entre elas, quer pela necessidade de implementar um canal privilegiado de acesso para os *stakeholders* e consumidores. Refira-se que, desde meados de 2015, que a ENMC disponibilizou um número de verde para facilitar este contacto.

6. Fundo Estatutário - A opção pela constituição de fundo estatutário em 2016.

Recursos Humanos

Tal como referido, as novas competências da ENMC subjacentes ao seu processo de reestruturação, fundamentam o acréscimo do número de recursos humanos e conseqüente aumento dos gastos com pessoal, conforme exaustivamente descrito no ponto anterior.

Com efeito e embora a formalização da transferência das competências da DGEG e do LNEG tenha sido efetuada em 17 de abril, verifica-se que, só no final do ano de 2015 e início de 2016, será possível a ENMC estruturar a formação da equipa técnica que dará suporte efetivo a todas aquelas atividades, acrescidas das decorrentes do Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro, induzindo, conseqüentemente, ao acréscimo verificado e que se enquadra no critério de excecionalidade, para enquadramento destes custos, decorrentes do aumento da atividade da empresa, previsto na alínea a) do nº1 do artº 95º do Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 35-A/2016, de 30 de junho (Lei de Execução Orçamental 2016).

Complementarmente, chama-se a atenção para a necessidade de que os custos operacionais - decorrentes deste acréscimo de recursos humanos para dar resposta ao aumento da atividade da ENMC na sequência da sua reorganização - se adequem ao desenvolvimento destas novas atividades, sem o que não será possível a sua operacionalização. Neste contexto, e atendendo ao supra exposto, o acréscimo de gastos operacionais com comunicações, deslocações e estadas (alojamentos), ajudas de custo e frota automóvel⁵ - decorrentes da operacionalização das novas atividades - enquadra-se no critério de excecionalidade previsto no artº 96º do Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 35-A/2016, de 30 de junho (Lei de Execução Orçamental 2016).

Designação (€)	Execução			Projeto da Execução	Proposta	Var. 2016/2013		Var. 2016/2015	
	2012	2013	2014	2015	2016	Valor	%	Valor	%
Gastos totais com pessoal (1)= a)+b)+c)+d)+e)+f)	222 041	335 305	356 235	1 026 812	1 622 756	1 287 452	384%	595 945	58%
a) Gastos com Órgãos Sociais	124 384	149 969	135 199	179 291	248 682	98 713	66%	69 391	39%
b) Gastos com Dirigentes sem O.S.	0	0	0	0					
c) Remunerações com pessoal (i)+ii)	61 239	72 117	147 954	673 649	1 111 008	1 038 892	1441%	437 359	65%
i) Vencimento base + Subs. Férias+Subs. Natal	56 700	67 787	141 241	645 209	1 059 227	991 440	1463%	414 018	64%
ii) Outros subsídios (almoço,...)	4 539	4 330	6 714	28 440	51 781	47 452	1096%	23 341	82%
Redução remuneratória/suspensão de subsídios em cada ano	38 912	13 925	13 146	31 112	0	-13 925	-100%	-31 112	-100%
d) Benefícios pós-emprego									
e) Restantes encargos (TSU, seguros,...)	36 418	61 706	73 082	155 453	263 066	201 361	326%	107 613	69%
f) Rescisões / Indemnizações	0	51 513	0	18 418			-100%		-100%
Designação (em número)	Execução			Projeto da Execução	Proposta	Var. 2016/2013		Var. 2016/2015	
	2012	2013	2014	2015	2016	Valor	%	Valor	%
Nº Total de RH (OS+Cargos Direção+Trabalhadores)	8	8	13	31	34	26	63%	3	10%
Nº Órgãos Sociais (O.S.)	5	5	5	5	5	0	0%	0	0%
Nº Dirigentes sem O.S.	0	0	0	0	0				
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes	3	3	8	26	29	26	167%	3	12%
Gastos de Dirigentes/Gastos com Pessoal (b)/((1)-(f))	0	0	0	0	0				

Relativamente aos órgãos sociais, prevê-se um ajustamento do nível salarial para o Conselho de Administração tendo subjacente o Despacho-Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Orçamento e do Senhor Secretário de Estado da Energia, na sequência da fixação, em 3 de dezembro de 2014, do

⁵ Já solicitada autorização em conformidade ao Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, através das N/ cartas ref^{as} 745/2016 e 1040/20216, respetivamente, de 3 de março e de 19 de abril,

respetivo estatuto remuneratório decorrente da classificação B à EGREP (atual ENMC), bem como o Despacho-Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Orçamento e do Senhor Secretário de Estado da Energia, de 8 de maio de 2015, que nomeia o novo Conselho Fiscal e fixa o respetivo estatuto remuneratório, desde que essas alterações remuneratórias sejam enquadradas em sede de LOE 2016. Tendo subjacente este enquadramento, também não se previram reduções remuneratórias no orçamento para 2016, contudo se as mesmas vieram a ser implementadas efetuar-se-ão em conformidade, obviamente.

Frota Automóvel

Designação	Un: €						
	Proposta	Proposta	Proposta	Projeto da Execução	Execução	Var. 2014/2016	
	2018	2017	2016	2015	2014	Valor	%
Gastos com a frota automóvel (€) *	42 514,18	41 968,59	41 430,00	23 670,20	12 031,84	29 398,16	244%
Nº de Veículos	7	7	7	4	2	5	250%

* Inclui gastos com rendas, taxas, IUC, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, pneumáticos, manutenção e reparação.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro, o plano de investimentos para 2016 prevê a aquisição de três viaturas comercial de serviço, relativamente à qual já foi solicitada autorização às tutelas, em abril de 2016, atendendo a que é imprescindível a sua aquisição para o exercício das novas competências da ENMC, no quadro da operacionalização daquele diploma que atribuiu vastas competências à ENMC na supervisão e monitorização do SPN e, em que será, no mínimo, necessário implementar mais três equipas operacionais no terreno, quer para a fiscalização- adaptadas⁶ à recolha e transporte de amostras de combustível-, quer para as auditorias / certificações / no âmbito do mesmo diploma e das restantes competências de supervisão da ENMC. Neste âmbito, refira-se que a ENMC, E.P.E. adquiriu durante o ano de 2015, duas viaturas comerciais na sequência de parecer positivo da ESPAP, comunicado a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e à DGTF, atendendo à necessidade de desenvolver as competências na área do controlo da qualidade dos combustíveis e implementar duas equipas operacionais nesse âmbito.

III PLANO DE SUSTENTABILIDADE

Síntese Conclusiva

Tal como referido no Enquadramento do ponto B - *Programa de atividades para 2015*, do presente documento, o mesmo tem subjacentes as competências que a ENMC, E.P.E detém como ECA, mas, também, as novas competências que a ENMC detém, após a publicação do Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro, e a publicação, em 29 de agosto, das leis orgânicas da Direção-geral de Energia e Geologia-DGEG e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia-LNEG, das correspondentes portarias e o Despacho nº 18/SEE/2015, de 24 de abril, do Sr. SEE que formalizou o processo de transferência destas competências produzindo efeitos a 17 de abril de 2015. Nesse contexto, a ENMC,

⁶ A ENMC tem assegurado, a título temporário, o aluguer de viaturas com características comerciais, embora sem as condições técnicas exigidas -adaptadas com sistemas de refrigeração aptas ao transporte de combustíveis - o que uma viatura de aluguer, naturalmente, não possui induzindo constrangimentos na sua cabal utilização.

E.P.E centralizou, também, as competências do Governo nas áreas do mercado dos combustíveis, biocombustíveis e pesquisa e exploração de recursos petrolíferos.

Este processo encontra-se em fase de conclusão e, assim, para 2016, perspectivam-se as seguintes **atividades para a URP** e para as outras **3 unidades operacionais** estruturadas na sequência da transferência das competências acima referidas, bem como diversas ações transversais que irão dar sustentabilidade organizacional à ENMC, e potenciar as sinergias decorrentes da integração destas competências:

- A Unidade de Reservas Petrolíferas, abreviadamente designada por URP, será responsável pela aquisição, manutenção, gestão e mobilização de reservas de petróleo bruto e de produtos de petróleo, a título de reservas estratégicas, assegurando as funções de entidade central de armazenagem nacional;
- A Unidade de Produtos Petrolíferos, abreviadamente designada UP, será responsável pela monitorização do mercado de petróleo bruto, de produtos de petróleo e do GPL canalizado, da segurança do abastecimento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN), assim como da promoção da segurança de pessoas e bens e da defesa dos consumidores;
- A Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos, abreviadamente designada por UPEP, será responsável pela valorização e aproveitamento económico dos recursos petrolíferos, assim como assegurar a sua correta gestão, com vista a garantir a sustentabilidade da exploração;
- A Unidade de Biocombustíveis, abreviadamente designada UB, será responsável pelo fomento da utilização dos biocombustíveis, promovendo a redução das emissões de gases com efeito estufa, contribuindo para o reforço da segurança do abastecimento energético.

Tendo subjacente esta nova estrutura de competências, a análise da sustentabilidade da ENMC conduz-nos a conclusões diversas consoante a ótica.

Não se colocam questões especiais quanto à sustentabilidade social e ambiental. No entanto, a sustentabilidade económica enfrenta riscos significativos, decorrentes sobretudo da envolvente económica portuguesa. No que respeita à sustentabilidade organizativa, com a criação da Entidade Nacional do Mercado dos Combustíveis - ENMC E.P.E., esta continua a merecer, por parte do Conselho de Administração, especial atenção, atendendo à necessidade de, por um lado manter um quadro organizativo com potencial de crescimento, e por outro manter uma estrutura com carácter minimalista em termos de recursos, por forma a garantir a contínua competitividade face aos operadores e, simultaneamente, garantir que as necessárias competências estão presentes na organização.

A Sustentabilidade envolve o diagnóstico das necessidades atuais e futuras, bem como o consequente planeamento de ações estratégicas dirigidas a garantir as melhores condições do desenvolvimento da organização, atentas as necessidades sociais, os fins da organização e os meios a que pode recorrer,

visando uma interação mutuamente positiva entre a organização e o seu meio envolvente. Nesta área, a ENMC irá aportar as melhores práticas através de um diálogo constante com as nossas congéneres Europeias e operadores no mercado nacional, bem como uso de adequados sistemas de informação.

Em síntese, o diagnóstico da sustentabilidade da ENMC apresenta conclusões mistas, consoante a vertente: se, nos domínios social e ambiental, não se deparam grandes questões, já nos domínios económico e organizacional estamos perante desafios cuja superação depende de variáveis exógenas, de evolução incerta, mas determinantes.

a) Responsabilidade Social e desenvolvimento sustentável

A Unidade de Reservas Petrolíferas (URP), que é uma das unidades funcionais da ENMC E.P.E., é um instrumento da política de segurança do abastecimento, no domínio da energia. Tendo em vista que o petróleo continuará a ser, por muitas décadas, ainda, a principal fonte de energia primária, a existência de reservas de segurança dos respetivos produtos pode ser considerada como um reforço da garantia do normal desenvolvimento da vida económica e social. Neste sentido, a existência de reservas de segurança de derivados de petróleo - com o atual modelo organizativo - decerto contribui para assegurar a normalidade da qualidade de vida da sociedade, mantendo a economia a funcionar e o bem-estar das populações.

A ENMC, E.P.E. no âmbito das suas competências estatutárias, nomeadamente quanto ao controlo da qualidade dos combustíveis, recolhe amostras em todo o território nacional para análise. Com a publicação dos resultados analíticos, a ENMC procede à doação das amostras de combustível - não utilizadas na análise -, a instituições de solidariedade social legalmente reconhecidas, bastando o seu registo através do site da ENMC. A identificação da instituição é publicada por ordem de registo, sendo que a doação de combustível (gasóleo e gasolina) é efetuada de forma sequencial seguindo a prioridade do registo. A ENMC publica no seu *site* as doações efetuadas.

A URP e as restantes Unidades funcionais da ENMC são sustentáveis do ponto de vista social.

b) Sustentabilidade Ambiental

A ENMC atua no domínio do petróleo e seus derivados, mas é fundamentalmente uma gestora de contratos, não operando diretamente instalações ou processos logísticos.

Em 2010, as fontes não-renováveis de energia responderam por 87% do consumo mundial, sendo a parte dos derivados de petróleo de 34%; em 2030, prevê-se que estas proporções evoluam para, respetivamente, 82% e 28%⁷. Assim, independentemente das preocupações ambientais estarem cada vez mais na ordem do dia, as fontes não renováveis de energia continuarão, no futuro previsível, a ser parte indispensável das fontes de energia. Nestes termos, enquanto o recurso a combustíveis fósseis continuar a ser indispensável para o funcionamento da economia e do modo de vida das sociedades, a questão ambiental ter-se-á que colocar em termos do controlo e minimização das externalidades negativas para o ambiente, sem que haja alternativa realista.

A ENMC apenas opera com entidades dotadas de gestão e tecnologias modernas, sujeitas a regulamentação avançada e ao escrutínio das autoridades competentes. A sustentabilidade ambiental

⁷ BP Energy Outlook 2030, janeiro de 2012.

da ENMC, no seu modelo atual, não se distingue, pois, da sustentabilidade do setor petrolífero em geral, sendo quase nula a sua capacidade de intervenção autónoma.

Não se colocam questões especiais à sustentabilidade da ENMC no domínio ambiental.

c) Adoção de Planos de Igualdade

d) Medidas concretas no que concerne ao Princípio da Igualdade de Género

A ENMC, E.P.E. está em fase de conclusão da sua reestruturação na sequência das novas competências que lhe foram cometidas e que fazem com que se esteja em fase de conclusão de constituição de equipa que enquadra, maioritariamente, os recursos humanos que vieram das entidades das quais foram transferidas as novas competências, bem como da Administração Pública e, pontualmente, contratados fora da AP, na sequência de despacho de excecionalidade da tutela para o efeito.

Conforme se poderá depreender do exposto, até à data, não houve muita margem para implementar um Plano de Igualdade, no que concerne à maior igualdade de género e salarial. Refira-se, neste âmbito, que, no ano de 2015, a ENMC, regista um rácio de cerca de 42% de mulheres no universo dos 31 colaboradores existentes (incluindo os Órgãos Sociais), verificando-se que se aumentou o valor registado no ano anterior.

No que concerne à redução de desigualdades e conciliação da vida pessoal e familiar dos trabalhadores, refira-se que, neste âmbito, na ENMC, E.P.E, as medidas em vigor na empresa, quer ao nível da flexibilização dos horários, de férias, aplicam-se sempre que se revelem necessárias. Refere-se, a título de exemplo, que os horários dos trabalhadores estão adaptados às suas necessidades logísticas.

e) Identificação de Políticas de Recursos Humanos

A política de Recursos Humanos está muito dependente do enquadramento que o setor público tem relativamente à contratação de técnicos. Na sequência das novas competências cuja transferência foi formalizada para a ENMC, durante o último ano, foi efetuada a contratação de novos técnicos dentro da Administração Pública (12 técnicos), tendo subjacente a disponibilidade de Recursos Humanos com adequação de competências profissionais às necessidades operacionais da ENMC, bem como a disponibilização dos organismos de origem em efetuar a Cedência por Interesse Público desses trabalhadores, o que nem sempre acontece.

Complementarmente e atendendo a que era necessário cobrir outras áreas no que concerne às novas atribuições da ENMC, e não havendo disponibilidade na AP de recursos humanos com as competências necessárias, após contactado o INA- Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas para o efeito, efetua-se a contratação de 8 técnicos, mediante autorização excecional da tutela para o efeito.

Deve referir-se que uma das políticas da ENMC é a rotatividade dos seus colaboradores em diversas funções, sempre que as respetivas competências o permitam, a fim de que possam adquirir mais capacidades funcionais e, desta forma, promover uma multifuncionalidade dos seus Recursos Humanos, bem como permitir que possam ter um conhecimento mais abrangente das atividades desenvolvidas pela ENMC.

Deve-se distinguir entre a sustentabilidade do modelo de entidade de reservas em termos teóricos, e da sustentabilidade da ENMC, no quadro da sua configuração prevista, com quatro áreas de competências: Entidade Central de Armazenagem, Mercados de Combustíveis e de Biocombustíveis e Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos.

Tendo em consideração os custos e proveitos envolvidos, respeitantes às novas competências atribuídas pelo Decreto-Lei nº 165/2013 de 16 de dezembro, cuja formalização da sua transferência produz efeitos a 17 de abril de 2015, na sequência do Despacho nº 18/SEE/2015, do Sr. SEE é necessário, e neste momento imprescindível, uma avaliação efetiva dos custos e proveitos a incorrer. A existência de uma entidade, privada ou estatal, para gerir a totalidade ou parte das reservas de segurança de produtos petrolíferos corresponde à solução adotada pela esmagadora maioria dos países-membros da OCDE e da União Europeia, pelas vantagens percebidas ao nível da segurança do abastecimento energético.

Na medida em que este tipo de entidade opera sem fins lucrativos, sujeita à fiscalização dos Estados respetivos, terá, à partida, condições para que a sua atividade se traduza em benefício para o setor e para os consumidores, o que é condição da sua aceitação e, logo, da sua sustentabilidade. De facto, os operadores do setor - destinatários diretos da nossa atividade - podem no quadro da URP, assegurar vantajosamente a manutenção das reservas de segurança, com um custo bastante competitivo.

Assim sendo, a primeira condicionante a que está sujeita a sustentabilidade da ENMC reside na natureza da sua missão:

- a) Aquisição de reservas: a transposição para a legislação nacional das normas contidas em diretivas europeias sobre os processos de aprovisionamento, estará em sintonia com os estatutos da futura ENMC E.P.E., quanto ao regime de aquisição de reservas e rotação de existências, regendo-se pelas regras e procedimentos em uso no referido mercado, devendo salvaguardar a estrita obediência aos princípios desse mercado:
- i. Concorrência e não discriminação de potenciais fornecedores;
 - ii. Documentação e auditabilidade dos procedimentos;
 - iii. Adjudicação pelo menor custo, ou pela proposta economicamente mais vantajosa;
 - iv. Salvaguarda do cumprimento dos contratos por parte dos contratantes;
 - v. Rotação de existências conforme o princípio de levantamento e reposição, num prazo de 90 dias;
- b) Venda de reservas excedentárias: as reservas da ENMC não se destinam a operações comerciais, estando registadas a custo de aquisição, tal como previsto nos seus estatutos e à semelhança do que ocorre com a generalidade das suas congéneres. Assim sendo, caso as venda, registará um ganho significativo⁸. De acordo com os novos estatutos da ENMC E.P.E., qualquer venda exige autorização prévia dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Energia. De realçar que a venda de qualquer produto/libertação de reservas em situações previstas na legislação, gerará mais-valias que são tributadas em sede de IRC, uma vez que a ENMC, *a contrario*

⁸ Como ocorreu em 2005, por ocasião da crise do furacão *Katrina*,

das suas congéneres europeias, é a única que não tem o enquadramento fiscal de isenção de IRC para este efeito.

A sustentabilidade da ENMC, E.P.E., depende da sua possibilidade de desempenhar cabalmente a sua missão de adquirir, manter e gerir as reservas de segurança a seu cargo.

A sustentabilidade económica da ENMC depende igualmente da sua capacidade de ser competitiva nos custos, apresentando-se, assim, como um benefício para o setor, o que tem sido desde o início.

Todavia, o orçamento de Estado para 2015 introduziu limitações à dedutibilidade, em sede de IRC, de parte dos custos financeiros. Numa entidade como a ENMC, que financia a 100% as suas aquisições de reservas, o impacto negativo é relevante, e conduzirá à necessidade de aumentar o preço dos seus serviços para recuperar o imposto que passa a pagar. Recordam-se os traços essenciais do modelo de financiamento da ENMC:

- Os custos operacionais são integralmente recuperados através do preço dos serviços (como “Custo de Armazenagem ” faturados aos operadores);
- O resultado líquido deve ser tendencialmente nulo (nulo em termos de orçamentação);
- As reservas são financiadas com financiamento alheio.

Este modelo de financiamento não constitui uma especificidade portuguesa, antes corresponde à prática generalizada na União Europeia

A sustentabilidade económica da ENMC enfrenta desafios relevantes, determinados quer pela envolvente económica portuguesa, quer pela correta implementação da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis E.P.E., ao nível organizativo. Esta vertente irá merecer, por parte do Conselho de Administração especial atenção: por um lado manter um quadro organizativo com potencial de crescimento, por outro manter uma estrutura com o mínimo de recursos versus desafios por forma a garantir competitividade face aos operadores e maximização das competências.

Uma organização sustentável economicamente deve ter uma estrutura adequada às funções que quer desempenhar, os meios humanos para lhes dar corpo e o conhecimento necessário para esse fim. A sustentabilidade requer que o conhecimento seja da organização, e não apenas de um ou outro dos seus colaboradores. Neste âmbito, é importante a constituição de equipas com recursos humanos que possam desenvolver as suas competências de uma forma redundante.

Lisboa, agosto de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Carmona
(*Presidente*)

José Reis
(*Vogal*)

ANEXOS - *Despachos*

- Despacho nº 1565-SET, de 25 de agosto de 2014 - Autorização excepcional para recrutamento - 4 Técnicos
- Despacho-SEE, de 10 de agosto de 2015- Autorização excepcional para recrutamento - 3 Técnicos
Despacho-SEE, de 9 de setembro de 2015- Autorização excepcional para recrutamento - 1 Técnico
- Despacho-SEE, de 10 de setembro de 2015 - Autorização excepcional para recrutamento - 2 Técnicos
- Despacho-SEE, de 20 de novembro de 2015- Autorização excepcional para recrutamento - 3 Técnicos



ENMC

ENTIDADE NACIONAL PARA O
MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E.P.E.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
ENMC – ENTIDADE NACIONAL PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, E.P.E.
Plano de Atividades e Orçamento da Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) para o
exercício de 2016

1. Breve enquadramento Geral

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º dos Estatutos da ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (ENMC)¹, o Conselho de Administração elabora propostas de plano de atividades e orçamento para cada ano de atividade, reportado a cada triénio, onde se inclui o plano de atividades e orçamento da Unidade de Reservas Petrolíferas (URP), o qual, como estipula a alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º dos referidos Estatutos, deve ser submetido a parecer do Conselho Consultivo daquela Unidade.

Nesta conformidade, e tendo em vista a realização da reunião do mencionado Conselho Consultivo, agendada para o próximo dia 9 de novembro de 2015, o presente parecer é emitido por solicitação do Conselho de Administração da ENMC, uma vez que os respetivos Estatutos, designadamente o artigo 15.º, não preveem expressamente o parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento, nem em especial sobre a atividade e orçamento da URP. Relativamente a este assunto, o ofício n.º 5536, de 23 de setembro de 2015, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), referente às *“Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2016”* e, ao contrário dos anos anteriores, não faz referência à necessidade de estes instrumentos (IPG) serem acompanhados do parecer do órgão de fiscalização.

Ainda que as atividades e orçamento projetados para a URP façam parte integrante do Plano de Atividades e Orçamento da ENMC, remetido a este órgão através de *e-mail* datado de 29 de outubro de 2015, o mesmo é apresentado de forma segregada por cada centro de responsabilidades que constitui cada uma das Unidades que compõem a ENMC, o que permite a emissão do presente parecer que versa sobre o Plano de Atividades e Orçamento da Unidade de Reservas Petrolíferas da ENMC para o exercício de 2016 (PAO URP 2016).

A apreciação ao PAO URP 2016, tem por base:

- O disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2015;
- O disposto em demais determinações legais e orientações em vigor;
- As instruções transmitidas pela DGTF para a elaboração dos IPG - 2016, que integra, designadamente, os pressupostos macroeconómicos e os princípios financeiros de referência;
- Os relatórios mensais sobre consumos, produzidos pela ENMC;

¹ Aprovados no anexo II ao Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 242/2008, de 18 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, com a última redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto.

- Os esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração, em reunião de 2 de novembro e através de *e-mail* de 6 de novembro.

Importa notar que em 7 de julho de 2015, o Revisor Oficial de Contas, renunciou ao exercício das suas funções sem que até à presente data tenha ocorrido a nomeação de um novo ROC, com as consequências que daqui emanam em termos do controlo e auditoria da informação base fornecida. Ademais, o Plano de Atividades e Orçamento da ENMC para 2016 não foi objeto de análise por parte daquele órgão, no âmbito das respetivas competências.

2. Breve enquadramento da Unidade de Reservas Petrolíferas

Através da alteração aos Estatutos da então Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E. (EGREP), ora ENMC, conferida pelo Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro², foram cometidas à URP, unidade da ENMC, dotada de autonomia técnica e administrativa e com regime de separação contabilística, as atribuições da ENMC em matéria de aquisição, manutenção, gestão e mobilização de reservas estratégicas de petróleo bruto e de produtos de petróleo, assegurando as funções de entidade central de armazenagem nacional (*vide* n.º 1 do artigo 15.º-B dos Estatutos).

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º-B dos Estatutos da ENMC, a URP integra como órgãos a Direção executiva, composta pelos membros do Conselho de Administração da ENMC, e o Conselho Consultivo, órgão de consulta e apoio à gestão estratégica da URP, que integra os membros do conselho fiscal, a título de observadores (n.º 1 do artigo 16.º dos mencionados Estatutos).

3. Apreciação do Plano de Atividades e Orçamento da URP para 2016

No que respeita às atividades a desenvolver pela URP, no ano de 2016, no âmbito do cumprimento da sua obrigação de constituição e manutenção de reservas estratégicas, destaca-se a otimização do portfólio de reservas e rotação de produtos, a continuação da revisão dos contratos de armazenagem, a conclusão do processo negocial para a cedência do depósito Pol Nato de Lisboa, o desenvolvimento de um Balcão Único, o lançamento de um concurso público internacional para a armazenagem de reservas em cavernas, em solo nacional, e a aplicação de uma prestação única (de igual valor para as três categorias de produtos) para a constituição de reservas.

O PAO URP 2016 prevê a manutenção do atual nível de reservas físicas, da titularidade da ENMC, que ascendem a 844,4 milhares de toneladas de petróleo bruto e produtos de petróleo (938,3 milhares de toneladas, caso sejam considerados os fundos de tanque), sendo que, para o cumprimento da sua obrigação, está prevista a celebração de contratos para a manutenção, à sua ordem, de 190 milhares de toneladas de

² Transpôs a Diretiva n.º 2009/119/CE do Conselho, de 14 de setembro de 2009, que obriga os Estados-membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos, e procedeu à reestruturação e red denominação da Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E., procedendo à segunda alteração aos estatutos desta entidade, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro.



ENMC

ENTIDADE NACIONAL PARA O
MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E.P.E.

produtos de petróleo ou petróleo bruto, que sejam propriedade de terceiros (designados por tickets).

Nos termos do n.º 2 do artigo 20.º dos Estatutos, a gestão da URP tem como único objetivo a mera recuperação dos gastos em que incorre com a constituição, gestão e manutenção das reservas de produtos de petróleo a seu cargo e a sua autossustentação financeira. Neste contexto, o PAO URP 2016 propõe a aplicação de uma prestação pecuniária a efetuar pelos operadores obrigados no valor de 1,78 euros/mês/Tcoe, que garante (em termos previsionais) a recuperação dos gastos operacionais e dos custos líquidos financeiros orçamentados para a URP, para esse mesmo ano, projetando-se para 2016 um resultado antes de impostos de 28 mil euros.

A prestação unitária proposta para o ano de 2016 é igual para as três categorias de produtos, contrariamente à metodologia anteriormente aplicada, conforme explicita o quadro infra. Em termos médios, essa prestação é inferior à prestação aplicada em 2015, em consequência da diminuição do valor global dos gastos operacionais projetados para a URP (22,2 milhões de euros) face aos 23,7 milhões de euros de gastos operacionais que haviam sido orçamentados no ano de 2015.

Valor da Prestação Unitária em €/mês/Tcoe		
Categorias	2015	2016
A - Gasolina	2,11	1,78
B - Gasóleo	1,99	1,78
C - Outros	1,65	1,78

O decréscimo dos gastos operacionais orçamentados para 2016, face ao orçamentado no ano anterior, decorre, essencialmente, da redução em cerca de 35% dos gastos com *tickets* e da ausência de necessidade de criação de uma provisão para impostos, não obstante se verificar um acréscimo de gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, bem como com Pessoal. Sublinha-se que o aumento dos gastos com pessoal tem subjacente a contratação de mais um colaborador para a URP (passarão a dois colaboradores diretos), bem como a imputação dos gastos com pessoal dos serviços partilhados, por aplicação do fator 0,93 (percentagem da estrutura de custos da URP no total dos custos da ENMC no orçamento de 2015).

No Balanço previsional para o ano de 2016 (de toda a ENMC) não se observam variações significativas face ao estimado para o ano de 2015, realçando-se a melhoria da situação líquida da empresa, ainda que se mantenha negativa na ordem dos 10 milhões de euros. É ainda de referir a manutenção do valor líquido das reservas face ao valor estimado para o ano de 2015. Porém, face ao valor orçamentado em 2015, observa-se uma diminuição do seu valor líquido, por perda por imparidade de 3,2 milhões de euros³.

³ De acordo com informação constante no PAO URP 2016 a imparidade reporta a setembro de 2015.



ENMC

ENTIDADE NACIONAL PARA O
MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E.P.E.

Destaca-se, também, o investimento previsto para 2016, que ascende ao valor global de 533 mil euros para toda a ENMC, sendo que 67% desse valor corresponde a investimento direto da URP.

Por último, o Conselho Fiscal salienta a importância de se procederem aos ajustamentos necessários na lei que permitam à ENMC usufruir de um tratamento fiscal idêntico àquele que é proporcionado às suas congéneres europeias, conforme tem sido reiteradamente referido pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Consultivo e pelos Conselhos Fiscais, com vista a que sejam evitados os constrangimentos económico-financeiros futuros que o atual enquadramento legal continuará a impor à empresa, caso não seja alterado.

4. Apreciação do cumprimento das disposições legais em vigor e das instruções da DGTF

Não obstante o presente parecer versar apenas sobre o PAO URP 2016, destacam-se os principais aspetos que decorreram da apreciação do PAO ENMC 2016 quanto ao cumprimento das disposições legais em vigor e das orientações da DGTF para 2016, na medida em que são transversais a todas as Unidades da ENMC.

O processo de transferência de atribuições anteriormente cometidas a outras entidades, determinado pelo Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, foi efetivado no decurso de 2015, designadamente através do Despacho n.º 18/SEE/2015, de 24 de abril. Mais recentemente, e na sequência da publicação da Lei n.º 6/2015, de 16 de janeiro⁴, e do Decreto-Lei n.º 244/2015, de 19 de outubro⁵ (com entrada em vigor em 17 de janeiro de 2016), a ENMC viu operacionalizadas e reforçadas as suas competências. Neste contexto de continuação do processo de reorganização da ENMC no ano de 2016, foram orçamentados gastos com Outros FSEs, pessoal e amortizações, de valor superior ao estimado para 2015, por forma a dotar a ENMC dos meios técnicos e humanos necessários ao cumprimento da sua missão. Assim, considera-se que a aferição do cumprimento dos **princípios financeiros de referência para 2016**⁶ se encontra prejudicada.

Relativamente à **evolução do efetivo de recursos humanos**, é de salientar que, se estima que em 2015, o quadro de pessoal da ENMC registe 26 trabalhadores, sendo que, para 2016, é prospetivada a contratação de três técnicos que já integram a Administração Pública, através de acordo de cedência de interesse público, bem como a contratação excecional de um técnico sem vínculo de emprego público. Esta previsão de aumento do quadro de pessoal tem subjacente a conclusão do processo de

⁴ Estabelece os termos da inclusão de combustíveis simples nos postos de abastecimento para consumo público localizados no território continental.

⁵ Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional.

⁶ Princípios financeiros de referência a considerar nas propostas de plano de atividades e orçamento para 2016: 1) EBITDA igual ao projetado para 2015, e no mínimo sempre superior ao verificado em 2014; 2) Controlo/redução dos gastos operacionais.



ENMC

ENTIDADE NACIONAL PARA O
MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E.P.E.

reorganização da ENMC, em consequência do processo legislativo de reforço das respetivas competências, conforme acima explicitado.

No que respeita às **orientações sobre remunerações**⁷, importa sublinhar que estão orçamentados gastos com pessoal para o ano de 2016 no valor global de 1,6 milhões de euros (total ENMC), representando um acréscimo de 58% face ao estimado para 2015, em consequência da contratação de mais 4 colaboradores (2 para a URP), bem como da previsão da eliminação das restrições atualmente inerentes ao estatuto remuneratório dos órgãos sociais e da não aplicação das reduções remuneratórias presentemente em vigor para todos os trabalhadores (incluindo os órgãos sociais). De acordo com os esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração, foram considerados os gastos potenciais com pessoal, por aplicação do princípio da prudência, sem que tal ponha em causa o cumprimento da legislação que vigorar sobre a matéria no ano de 2016.

Com efeito, após a definição da política remuneratória para 2016, a constar da Lei do Orçamento do Estado para 2016 ou de qualquer outro instrumento normativo sobre esta matéria, a ENMC deverá dar cumprimento à legislação em vigor àquela data.

5. Parecer

O Plano de Atividades e Orçamento da ENMC, relativo ao ano de 2016, é apresentado por centros de responsabilidade, que constituem cada uma das Unidades que compõem a ENMC, permitindo, assim, a emissão do presente parecer que versa sobre o Plano de Atividades e Orçamento da URP para 2016.

Embora sejam apresentados os orçamentos e as atividades da URP de forma segregada, o Conselho Fiscal analisou todo o documento, designadamente quanto à verificação do cumprimento das disposições legais e das orientações do titular do capital estatutário, na medida em que as mesmas são transversais a todas as Unidades.

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho Fiscal, com a ressalva mencionada no último parágrafo do ponto 1 do presente parecer, os pressupostos considerados e as projeções efetuadas pelo órgão de administração parecem adequados, salientando-se que, quanto à política remuneratória e não obstante as orientações emitidas pelo titular do capital estatutário, a opção do Conselho de Administração mostra-se prudencial ao considerar os gastos potenciais com pessoal no ano de 2016, ainda que a ENMC se encontre vinculada a dar cumprimento aos instrumentos legais que vierem a vigorar sobre esta matéria.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal emite parecer favorável ao Plano de Atividades e Orçamento da Unidade de Reservas Petrolíferas, relativo ao ano de 2016, não obstante

⁷ O PAO 2016 deverá ter em consideração as orientações sobre política remuneratória constantes da legislação em vigor.



ENMC

ENTIDADE NACIONAL PARA O
MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E.P.E.

a imprevisibilidade de diversos acontecimentos futuros, designadamente as flutuações das cotações do brent e dos produtos petrolíferos, que, por não serem controláveis pela empresa, não estão relevadas nas demonstrações financeiras previsionais para 2016.

O Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração e aos restantes colaboradores da ENMC a cooperação e a disponibilidade prestadas durante o desempenho das suas funções.

Lisboa, 9 de novembro de 2015

O Conselho Fiscal,

José Azevedo Pereira
(Presidente)

Margarida Carla Campos Freitas Taborda
(Vogal)

Cristina Maria Pereira Freire
(Vogal)